



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 19

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.º Reunião em 10/11/2022

Aos dez dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Rui Miguel Viera Fernandes de Almeida, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rui Filipe Oliveira Teixeira, João Miguel Pereira de Almeida, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltou o Vogal Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e o Presidente de Junta (demissionário) António Augusto Cruz de Aguiar⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou a Vereadora Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Eneide Manuel Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Lúcia Maria Ribeiro Borges, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, e António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando Mendes Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Nuno Frederico Miranda Leite, e Carlos Alberto Nunes, respetivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2023;**
- Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023;**
- Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023;**
- Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023;**
- Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023.**

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2023.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 28/10/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Como é habitual, na sua pessoa saúdo todos os que assistem e participam nesta sessão e aqueles que nos observam de outra forma, via tecnológica. Senhor Presidente, há aspetos que se repetem numa discussão deste tipo e como é normal, há sempre questões novas e mais nas questões novas, ou as questões que me merecem na minha opinião algum esclarecimento é que me iria centrar nos poucos minutos que temos para intervir.

Em primeiro lugar, solicitar mais uma vez à Mesa que, se há declarações de voto na votação na Câmara Municipal relativamente a estes documentos, que eles venham transcritos na deliberação que é distribuída à Assembleia.

Se não houve, não houve. Se houve era bom que estivessem nesta deliberação. Não houve! Estou esclarecido.

Porque a informação referente aos votos contra é muito importante no aferimento do juízo aqui na Assembleia.

A primeira nota que temos em relação a este Orçamento. O Senhor Presidente já falou nisso de alguma forma, mas eu queria sublinhá-lo com números. É a alta percentagem de financiamento não definido nas Opções do Plano que são apresentadas!? Para um total do Plano na ordem dos 95 milhões, nós só temos definido o financiamento de pouco mais de metade, portanto faltando definir 44 milhões.

Portanto eles terão que vir de alguma coisa, terão de vir de algum lado, porque senão não faz sentido apresentar um Plano com tanto objetivo, com tanta meta, se não há financiamento previsto.

Apesar do Senhor Presidente já ter dado alguns leves toques em relação isso, gostava que informasse com maior clareza. Por exemplo, o que é que se está a prever de Saldo de Gerência? Se é possível fazer uma previsão agora e de que forma é que o Saldo de Gerência é para cobrir esta diferença e se confirma que seja provável que a discussão do Saldo de Gerência já não venha a Assembleia Municipal? Vem. Era só para esclarecer, para clarificar essa questão.

Portanto essa diferença é tremenda e para nós é da maior perplexidade do Plano. Há depois perplexidades menores, mas também associadas a este ponto, tem a ver por exemplo com a verba que Senhor Presidente referiu na intervenção oral relativa ao investimento na Capital Europeia da Cultura 2023/2030. O Senhor Presidente falou que seriam 56 milhões de euros, no relatório que está distribuído esta Assembleia, aquilo que fala para esse período é de um investimento previsível de 18,6 milhões de euros!? É uma diferença substancial em relação aos 56 milhões que agora acabou de referir. Portanto a que é que se deve esta discrepância?

Em terceiro lugar, chamar a atenção para o peso enorme que os impostos municipais têm na receita prevista. E essa sim, é muito provável que se venha mesmo a realizar ou seja mesmo ultrapassada porque temos um investimento, temos um custo dos impostos, só em taxas e impostos diretos, superior a 38 milhões de euros. São 18,8 milhões de IMI, 2.4 do IUC, 9.1 do IMT, mais 3.8 da Derrama. Pronto, é um conjunto muito importante das receitas municipais que têm necessariamente de ser complementadas com outras taxas. Depois voltamos àquela promessa, vaga, não inscrita em Plano, de que se vai vender Património. Porque aquilo que está na rubrica património são uns meros 3,4 milhões. Para as necessidades orçamentais é muito pouco e bem precisaria ser maior. Acho sempre estranho, esta Câmara prima por trazer à discussão os documentos logo no início do período que é previsível e depois fala em que daqui a uns tempos vamos fazer completar esta informação! Porque é que não se espera um pouco mais, não percebo. Qual é a urgência cumprindo as obrigações legais de comunicar em tempo útil o pacote fiscal para que ele possa ser executado, porque é que não se espera um pouco mais e se evita depois repetir discussões e prolongar trabalhos pelo adiamento de algumas decisões pela decisão da inscrição no Plano de decisões que já se configuram. Por exemplo já se configura a questão do Saldo. Já se configura a operação de venda de património. Portanto é um pouco esta situação.

Também já o trazia apontado. É necessário, no interesse público, clarificar melhor se é possível essa ideia que vai haver uma nova autoridade de transportes ao nível da

Comunidade Intermunicipal, e que vai aparecer um novo operador, e que o operador vai fazer não só transporte intermunicipal, mas também circuitos municipais.

Portanto na forma como está redigida a informação, da forma como está redigida leva a esta confusão. Eu li duas, três vezes, mas a leitura da informação permite esta confusão.

Ela poderá ser devidamente esclarecida, mas ela está bem patente. Diga-me, estes 6 milhões previstos para transportes é para financiar a operação ou não?

Por último, por último talvez não. O Senhor Presidente é exímio em apresentar grandes projetos, melhor a Câmara é exímia em apresentar grandes projetos nas Grandes Opções. Por exemplo, Capital Europeia da Cultura 18 ou 50 milhões, nestes anos vindouros é um investimento espantoso.

Nós pensamos no PCP que a habitação e não só habitação social, o crescimento em habitação, é cada vez mais uma emergência concelhia. É preciso não deixar que seja apenas o mercado a funcionar. Já vimos que o mercado funciona quando lhe apetece, nalgumas coisas às vezes não resolve os problemas. O mercado não resolve o problema da habitação. É preciso uma intervenção clara, segura, de milhões de euros. De milhões de euros por parte da Câmara Municipal.

Pergunto-me: quer pela intervenção política junto do Estado ou junto do Poder Central, se existe ou não um caderno de encargos do município, uma alínea dedicada à habitação? Se existe ou não. Porque aquilo que se vê por exemplo na Câmara de Setúbal (ouvem-se vozes). Sim, sim. a Câmara de Setúbal não é só as notícias sobre eventuais problemas com cidadãos Ucrrianos, que depois deram em nada como bem sabem. Também é notícia 3.000 fogos do IRHU e mais de 400 fogos da Câmara, na base de um programa integrado para Setúbal de habitação. Podem consultar nas páginas do IRHU.

Era tempo que a Câmara pusesse como objetivo central do município a promoção de habitação, seja a custos controlados, seja o que for, para diminuir o peso que o mercado tem, altamente exagerado, neste concelho,

Tinha mais uma coisa ou outra, mas como sempre diz o Senhor Presidente da Mesa, precisam de mais votos para falar mais tempo. Não é altura eleitoral, mas eu aproveito e digo que sim. Frequentemente não dizemos o que temos a dizer, porque não temos tempo, porque não tivemos os votos suficientes.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [008 009](#)

“Boa noite Senhores Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores deputados municipais, restante público presente. Na abordagem a este ponto das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nós começaremos por fazer algumas perguntas ao senhor presidente da Câmara e depois faremos uma apreciação ao documento.

Relativamente ao ponto 2.2 da Proteção Civil e Segurança. O último Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Aveiro que existe no site da Câmara Municipal é de 2015.

Temos conhecimento de um edital da Câmara Municipal de Aveiro, n.º138/2022 do dia 19/5/2022, onde consta a deliberação para proceder à consulta pública de uma proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Aveiro, elaborado pela empresa GeoAtributo. Até ao momento esta Assembleia não teve qualquer tipo de informação relativamente a este Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e já estamos em Novembro de 2022.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil deverá ser revisto de 2 em 2 anos. Gostaríamos de obter um esclarecimento da Câmara relativamente a este assunto.

Relativamente ao ponto da Educação, gostaríamos que nos pudessem facultar mais alguma informação sobre o projeto de combate ao abandono escolar. Saber em que é que consiste exatamente. Gostaríamos de saber se a autarquia tem tomado algumas medidas no sentido de combater o bullying nas escolas, por exemplo dando formação ao pessoal não docente que está sobre a responsabilidade da autarquia.

Nós acreditamos que também na área vocacional e profissional dos jovens estudantes, a autarquia também poderá ter um papel mais interventivo, por exemplo, fomentando parcerias entre a Universidade e as Escolas do Ensino Secundário, por exemplo promovendo mini-estágios de Verão para que os estudantes possam decidir melhor sobre o seu futuro académico e profissional.

Relativamente ao ponto B3.2. Este é um misto, tem a ver com Saúde, mas também tem a ver com a qualificação urbana. Nós, portanto, sabemos que a autarquia vai vender o parque estacionamento em frente ao autocarro bar. Esse parque é muito utilizado pelos utentes do Hospital, sobretudo utentes que vão para consultas externas.

Sabemos que a Câmara vai impor como condição de venda um conjunto obrigações que inclui a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, um edifício para alojamento estudantil e uma zona comercial.

Relativamente a este ponto temos duas perguntas a fazer. O estacionamento vai ter capacidade de resposta para tantos utentes, nomeadamente utentes do Hospital para consultas externas, alunos da Universidade, lojistas e clientes das lojas? Quantos níveis de estacionamento estão a ser equacionados? Usando como termo comparativo em termos de dimensão o Fórum, imaginemos terá uma dimensão semelhante, o Fórum tem 1080 lugares estacionamento e está frequentemente cheio. Portanto gostávamos de saber qual é a perspetiva de estacionamento para aquele lugar.

E depois, tendo em consideração a experiência que já temos com o Rossio a nível de problemas de estacionamento. Gostávamos de saber se a Câmara tem algum plano para que os utentes do Hospital tenham estacionamento durante os anos que vai demorar a obra. Aqui estamos a falar de doentes que vão às consultas no Hospital, portanto acho que é um assunto que a Câmara tem que prestar muita atenção a isso.

Relativamente à qualificação urbana e viária no ponto B3.8, na tabela da página 66, na rubrica construção de vias, tem um total previsto de 9,75 milhões de euros. Mas 7,7 milhões do total estão previstos para serem gastos em 2026/2027. Ou seja, já depois do termo presente mandato do Presidente da Câmara. Observamos também que nestas rubricas, as despesas começam em 100 mil em 2023 e vão crescendo ano após ano até atingirem um valor máximo de 4 milhões em 2027!? Portanto a nossa pergunta é se este investimento em crescendo até 2027 tem a ver com a Capital Europeia da Cultura. E se isso está dependente de alguma maneira da aprovação dessa candidatura.

Quanto à Capital Europeia da Cultura, gostávamos também um esclarecimento. Admitindo que se tivermos a infelicidade da candidatura não ser aceite, qual será o gasto, a despesa feita. Será este valor inscrito de 1 milhão 571 mil euros que consta de despesas gastas até ao presente ano. Gostávamos que fizesse esse esclarecimento.

No ponto B2.4. Iluminação Pública e Energia. É referido que é a Câmara vai proceder investimentos ao nível dos edifícios municipais, de forma a aumentar a eficiência energética, reduzindo os custos. Gostávamos também de obter mais informações sobre isso. A Câmara planeia instalar, nós sabemos que em algumas escolas já instalou painéis fotovoltaicos. Se tenciona continuar com a fazê-lo. Qual é o plano nesta área.

E depois na página 63, neste tópico, refere que está previsto um valor de 677 mil euros para melhorar a eficiência energética da habitação social. Também gostaríamos de ter mais informações a este respeito. Que tipo de melhoramento de eficiência energética é que vai ser feito na habitação social.

No ponto B4.3 Mobilidade e Transportes. As nossas dúvidas têm a ver, porque dá-me ideia que não parece que a Câmara não sabe muito bem o que o que vai fazer. Pelo menos não tem sabido bem transmitir a informação. Qual é o plano da Câmara para os transportes públicos da cidade? Como

Como nota também, Mercados Feiras e Turismo nada é dito sobre o artesanato. Portanto o artesanato é esquecido.

Para finalizar e em jeito de análise geral ao documento. Portanto nós reconhecemos que este documento tem aspetos bastante positivos e que o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal nos últimos anos tem alguns aspetos bastante positivos.

Salientamos a grande competência que a Câmara tem demonstrado em captar financiamento europeu para uma boa parte das suas obras e projetos.

Reconhecemos também o trabalho importante que tem sido feito ao nível de requalificação do parque escolar do município de Aveiro.

No entanto, pelo lado menos positivo, lamentamos que em 2023 a Câmara continua a assentar este plano numa carga fiscal enorme sobre os aveirenses.

No preâmbulo do documento fala da pandemia e da guerra da Ucrânia, da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e da crise energética, como causas para o aumento de custos para a Câmara. A autarquia tenta deste modo justificar a manutenção da carga de impostos em valores quase máximos.

Mas esta justificação dá para ambos os lados. O custo de vida para os aveirenses também aumentou e a Câmara poderia ter invocado exatamente as mesmas razões para começar desde já em 2023 a reduzir impostos.

Eu gostaria de salientar aqui que, em 308 municípios do país, Aveiro é a 11ª autarquia do país que arrecada uma maior receita de IMI. Apesar de ser considerado o município de média dimensão, portanto, é 11.º autarquia que mais arrecada IMI. É a 15ª autarquia do país que arrecada uma maior receita de Derrama. Relativamente às receitas de IMT e IUC está na 31ª posição. Portanto, na discussão sobre os impostos, ponto por ponto, nós seremos mais incisivos quanto à nossa posição, mas neste documento das Grandes Opções do Plano, nós votaremos pela abstenção. Tenho dito.”

Vogal João Miguel (PAN) [010](#)

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [011](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Neste documento, no geral, não nos revemos em muitas das opções políticas que são apresentadas nestas Grandes Opções do Plano. Concordamos que é de continuidade e também seremos coerentes na nossa votação.

Neste relatório lemos à semelhança de anos anteriores, afirmações que depois não correspondem à realidade. Já hoje aqui foi falado caso os transportes públicos. Estaremos cá também para analisar, por exemplo, esse prometido e tão necessário investimento em eficiência energética na habitação social, e edifícios municipais. E concordamos com o que já foi dito aqui hoje sobre a necessidade de um maior e premente investimento em habitação social.

Neste relatório garante a implementação do Plano Municipal de adaptação às alterações climáticas. Esperamos que não seja outro chavão vazio, até porque Aveiro é uma das regiões do país que serão mais afetadas de futuro pelas alterações climáticas e a atuação deste executivo não tem denotado essa preocupação. Pelo contrário, assistimos a atentados ambientais no dia-a-dia, veja-se o uso continuado de Glifosato nos espaços públicos.

Veja-se o que reiteradamente temos chamado a atenção e já fomos criticados por isso, o abate de árvores centenárias saudáveis.

Quero fazer aqui um reparo, porque hoje já se falou sobre a política municipal de multiculturalismo. Eu considero que a linguagem e os conceitos que utilizamos são importantes e penso que, nesta altura, integrando o Senhor Presidente o Comité das Regiões, entenderá que fará mais sentido falarmos de interculturalismo.

Os dois conceitos podem parecer semelhantes, mas a sua assim aplicação na prática é bastante diferente e face aos desafios e a atualidade em que vivemos e com o crescimento no número de cidadãos estrangeiros que chegam ao nosso país e ao município de Aveiro, não será uma questão de somenos importância.

Na área da Saúde. Queremos destacar no âmbito do que são obviamente as competências de uma Câmara Municipal, a necessidade de haver um maior investimento do que o que está previsto nestas Opções do Plano o que passa pela promoção de uma Saúde preventiva, alterando hábitos de vida, instruindo para hábitos de vida mais saudáveis, incluindo também aqui a alimentação. E nós já falámos sobre isto nesta assembleia e ressalvo que continuamos a receber queixas por parte de pais preocupados com a falta de qualidade das refeições escolares dos seus filhos.

Gostaria ainda de realçar, bem sei que o Senhor Presidente já disse na sexta-feira passada que não necessita de interlocutores. Mas a verdade é que as pessoas também se habituaram, que muitas vezes quando contactam os serviços da Câmara e enviam e-mails para vexa. não têm resposta. E então por isso, acabam por recorrer aos outros interlocutores. É verdade sim, eu própria já o fiz, já tive que fazer queixa à CADA mais do que uma vez para ter acesso a informação que solicitava. E posso enviar-lhe esses emails a comprová-lo. Gostaria ainda de realçar, o que aparece na página 29, os objetivos na área dos animais de companhia para o próximo ano. Ponto 1 a prossecução da campanha de animais de companhia, não explicando em que é que irá consistir.

Ponto 2 a gestão de parques caninos, como sabemos destinam-se animais com detentor.

Ponto 4 realização de exposição canina e felina. Isto é para criadores de animais, não tem nada a ver com animais abandonados.

Ponto 3 acompanhamento do trabalho da CIRA que visa a construção de um centro intermunicipal de recolha de animais abandonados. E é isto o que o executivo tem na área animal para 2023!? Ou seja, muito pouco ou quase nada no que aos animais abandonados diz respeito. E continua sem responder a uma necessidade básica no município que é a existência de um centro de recolha oficial de animais. Continua a falar no acompanhamento do trabalho, o que é quer que isso signifique de ano para ano, continuamos nisso, acompanhamento e não saímos daí.

Continua tudo na mesma. Está à frente deste desta Câmara há 9 anos e é muito provável que daqui a um ano estejamos a ter exatamente a mesma conversa.

Por isso Senhor Presidente deixo-lhe a pergunta: em que fase estamos para a construção do canil municipal? Obrigado.”

Vogal António Monteiro (BE)⁰¹²

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais saudar todos os presentes e quem está a assistir à transmissão da assembleia municipal. Antes de começar a intervenção na sua substância, nós estamos a ouvir o Senhor Presidente com muita atenção e foi curioso ouvir que a Câmara tinha intenção na sua gestão futura de mobilidade, da gestão do estacionamento, que queria colocar medidas dissuasoras ao tráfego automóvel no centro da cidade.

Nós devíamos ter tido essa conversa há 3 anos, 4 anos, quando estivemos a discutir a obra lamentável do estacionamento do Rossio. Aí é que eram precisas medidas para dissuadir o

tráfego automóvel para a cidade, mas não. Vamos ali meter 12 milhões de euros para um estacionamento subterrâneo para, precisamente, empurrar ainda mais carros para dentro da cidade. Mas pelo menos notamos essa evolução no conceito de urbanismo de senhor presidente.

Em relação ao Orçamento em si e aproveitando esta questão da mobilidade, também reforçar esta ideia, já foi frisada por colegas aqui da Assembleia, no que é que consiste esta reforma dos transportes públicos?

Nós já na sessão anterior perguntámos ao senhor Presidente sobre os 10 milhões de investimento que vão ser, que vão ser mobilizados para o concessionário privado. Disse-nos que esses 10 milhões de investimento iria ser do concessionário privado, mas, no entanto, é financiamento público. Financiamento que o concessionário privado irá buscar a fundos europeus com a ajuda da Câmara Municipal.

Isto também leva-nos a outra consideração, que é por que é que isto não foi feito quando os transportes públicos eram verdadeiramente públicos. Quando havia um serviço de transportes públicos aqui em Aveiro, por que é que esses esforços não foram mobilizados para refinar a operação dos transportes públicos de requalificar a frota de autocarros. Por que é que esses esforços não foram feitos quando a Câmara era a detentora do serviço de transportes públicos.

Nós, na verdade, sabemos porquê. Porque o Senhor Presidente tem um preconceito ideológico contra a provisão de serviços públicos feita pela Câmara Municipal, pelo Estado. O Senhor Presidente ama verdadeiramente até de forma bastante babada o mercado e é contra esta ideia de que o Estado tem uma função social a cumprir.

E agora já estamos a falar do Orçamento. Porque quando nós olhamos para este Orçamento, nós vemos que podíamos usar aquela ferramenta que existe na Internet, a Wayback Machine. E nós púnhamos aqui o Wayback Machine para 2021 e víamos o mesmo Orçamento. Metíamos para 2020 e é o mesmo Orçamento. Naquilo que concerne às opções de fundo da sua governação é igualzinho. Vemos uma arrecadação de impostos absolutamente brutal. Desde que o Senhor é Presidente desta autarquia os impostos já estiveram para o dobro. 2017 ou 2016 chegaram no IMI a arrecadação de impostos chegou a 20 milhões, se não me engano. O Senhor Presidente vai-me corrigir de certeza.

Mas aí, em 2013, essa arrecadação era de cerca de 10 milhões, portanto nós a falar aqui de um aumento brutal da receita de impostos. Isso no abstrato, até não nos incomoda.

O problema é que depois nós não vemos um equivalente aumento brutal de serviços públicos a prestar pela autarquia. Aliás, como já referi, tivemos a concessão de um dos principais serviços públicos e das principais ferramentas que a Câmara Municipal tinha ao seu dispor, que era a sua operação de transportes públicos. Ou seja, a Câmara Municipal rapidamente livrou-se daquilo que provavelmente considerava um empecilho.

Olhamos para o Orçamento e esta arrecadação brutal de impostos, não vemos por exemplo qualquer tipo de política de habitação. Mais uma vez voltamos ao seu amor babado pelo mercado. Só que o problema da habitação em Aveiro é precisamente o mercado. É um mercado sobreaquecido e sobre aquecida também com intervenção direta da Câmara Municipal através das políticas que a Câmara Municipal têm de requalificação do espaço público, sem qualquer intervenção no edificado, sem regular a habitação, quer no acesso quer na provisão. O mercado é quem mais ordena. E isso resulta num sobreaquecimento, que tem resultado num sobreaquecimento do mercado de habitação que tem tornado a vida das pessoas concretas que vivem em Aveiro, num verdadeiro inferno.

E eu desafio o Senhor Presidente a encontrar um T2 (para uma família que está a começar a sua vida) no perímetro urbano, que custe por mês pelo menos para aluguer menos de 600 euros. Desafio o senhor Presidente a encontrar isso.

E se calhar até podemos alargar o escopo da procura e aumentar até para fora do perímetro urbano na verdade. E tendo em conta os rendimentos médios em Portugal isto torna-se um verdadeiro inferno para a vida das pessoas. E este Orçamento não dá qualquer resposta a esse problema. Temos o mercado à frente do problema concreto das pessoas, o Senhor Presidente recusa-se a ter qualquer tipo de política de habitação. E recusa-se não é por uma questão de falta de verba e por a sua opção ideológica. Prefere colocar o seu preconceito ideológico a responder perante a vida concreta das pessoas.

Este Orçamento reflete essas opções. E, portanto, obviamente, não poderá ter a nossa aprovação. Nós vamos votar contra este Orçamento porque, precisamente, ele na sua essência coloca uma ideologia que privilegia o mercado, que é contra as funções sociais do Estado, quando, precisamente num tempo de aperto, nós mais precisamos e mais precisávamos desta função redistributiva do Estado que a autarquia tem responsabilidades diretas nessa função redistributiva e que aqui em Aveiro existe uma recusa ideológica por cumprir essa função. Disse.”

Presidente da Mesa:⁰¹⁴

“Queria só fazer um ligeiro comentário ao Senhor deputado João Moniz. Esta da Wayback Machine é assim – eu na próxima aula que der aos meus alunos da universidade vou começar por perguntar quantos sabem o que é isto!? Temos feito este apelo no seguinte: nós estamos a falar para o povo! Estamos a falar para o povo. Quer dizer, acho que é importante e já referimos várias vezes, não leve a mal esta crítica construtiva, mas de facto a sociedade constrói-se também por esta capacidade do povo entender aquilo que vamos fazendo. Se a gente chega aqui e eles estão-nos a ver sobretudo através da internet, e vem com a Wayback Machine e outras do género, as pessoas desligam senhor deputado. Nós temos que manter a ligação ao povo que elegeu. Eu como lhe digo vou fazer o teste para a semana. Desculpe lá este comentário.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁵

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos aqui perante um documento que segue a linha dos anos anteriores, como já foi dito, e que segue também os programas eleitorais foram são apresentados.

Pouca gente percebeu, que há um programa eleitoral que é apresentado, que é votado maioritariamente, com maiorias consecutivamente maiores, e depois o Orçamento traduz a realidade desse programa. Obviamente que não pode ser o programa executado no primeiro ano, as propostas apresentadas são executadas ao longo de todo o período. E as Opções do Plano e Orçamento são isso mesmo.

Há um ano atrás, estávamos aqui a falar de um Orçamento pós-pandémico, com toda a incerteza que ainda tínhamos relativamente à pandemia, mas eu na minha intervenção que fiz na altura já falei na dificuldade causada para aumentos de matérias-primas, por dificuldades de mão de obra para executar empreitadas. A situação que a guerra entretanto eclodiu só veio agravar. E a isto acrescentámos o aumento dos custos de energia. Pronto, foi mais uma machadada em tudo aquilo que é previsão de despesa e parte deste orçamento e todos orçamentos que são feitos nesta altura do ano, tem uma grande interrogação sobre o que é que vai ser o período que aí vem.

No entanto, há características destes documentos que a Câmara nos apresenta que são continuadas e são boas para o município. É um investimento que continua a ser feito em bom valor e é uma dívida que diminui, ao contrário do Governo da nação, que vai

aumentando a dívida em valores absolutos e depois continua com aquele jogo nos vir falar de dívida em percentagem do PIB.

É óbvio que com a inflação como a que tivemos este ano, mal estaria se dívida em percentagem do PIB não descresse.

Mas pronto, tentam assim atirar areia para os olhos de algumas pessoas, mas quando se chegar à conclusão do que tem sido estes 7 anos de Governo, não deve ser bonito.

Naquilo que tem sido a política da Câmara e daquilo que nós salvaguardamos como positivo, a continuação da reabilitação urbana. E por urbana, entenda-se todo o espaço do concelho e não apenas a cidade. Nomeadamente a reabilitação de vias. A construção de uma imensa rede de águas pluviais que era inexistente, que pouco a pouco se vai fazendo e sabemos que quando essa rede está feita a duração das vias aumenta, porque não são desgastadas por águas que por lá passam, que não deveriam passar em ambiente urbano.

E há pessoas que ainda hoje não perceberam que para se fazer uma obra, como a da Avenida, onde essa é uma característica importante porque estava tudo escavacado. E dá jeito tirar as árvores que lá estavam porque senão não se conseguia fazer a obra. Mas pronto, há pessoas que ainda não perceberam isto e continuam a falar das árvores da Avenida, como se as árvores fossem eternas. Algumas poderão durar umas centenas de anos, mas são as espécies raras. Também no outro dia houve a notícia de um cão que durou vinte e tal anos, o que também é uma coisa rara e que sabemos que não é normal esses animais durarem tanto tempo, mas são as exceções.

Tem sido também importante investimento no Parque Escolar. Com as inaugurações que vão sendo feitas à medida que as obras vão estando prontas e as obras que ainda continuam a decorrer e que serão inauguradas quando estiverem prontas, para o benefício de todas as freguesias e de todos os utentes. E é bom que as crianças tenham escolas com condições onde não seja preciso ir de, felizmente o nosso clima aqui em Aveiro a tanto não obriga, mas que não seja preciso ir de mantas e de estarem de casacos de inverno nas aulas, porque as escolas que estão a ser construídas permitem ter outras condições. E se as condições forem boas a capacidade de aprendizagem certamente também a melhor.

Como já referi na semana passada, também relativamente à Capital Europeia da Cultura, claro que estamos de acordo. Claro que estamos de acordo que mesmo que não vínhamos a ganhar, tudo o que foi feito até agora e aquilo que certamente continuará a ser feito nos próximos anos em prol da Cultura é muito positivo para Aveiro, para os aveirenses, mas também para como chamariz para que mais pessoas nos possam visitar. E que também venham participar em eventos e espetáculos que se vão continuar a realizar em Aveiro, seja qual for o resultado dessa candidatura.

Também um ponto que destacamos como importante é a continuação do investimento em instalações desportivas. Que era algo que o nosso concelho estava muito, muito deficitário há 9 anos atrás e que se tem verificado que haver um esforço grande da Câmara, quer na construção de novas instalações, quer na melhoria ou reabilitação de existentes. E só é pena que as obras não possam avançar mais depressa, porque é um bocado como a questão do estacionamento, enquanto a obra está a ser feita, falta pavilhão, falta piscina, e quem frequenta esses espaços tem mais dificuldade em arranjar alternativas. Mas não há alternativa e quando há obras isto acontece. E o nosso desejo é que na medida do possível os empreiteiros cumpram com os prazos e que as obras terminem, para que esses equipamentos possam ser devolvidos à cidade.

Por isso, nós CDS apoiamos claramente esta política e este executivo. Ao contrário de outros que vivem numa realidade que deve ser a web 3.0, permitam-me também dar aqui algumas notas tecnológicas, para não ser só do outro lado da bancada. Não é possível aumentar a despesa (como querem) e diminuir em simultâneo a receita como também querem.

Esta é uma equação daquelas que nós nunca conseguimos fazer. Nem nós, nem ninguém. Porque quem vem com estas propostas de diminuir receita aumentar despesa, nunca apresentou uma solução!? E, portanto, quem vem para como que a falar de cátedra, mas depois não conseguimos ver a conclusão dos seus trabalhos. Disse.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰¹⁷

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹⁸

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

“Muito boa noite a todos. O assunto que eu queria trazer aqui e que já foi falado ali pelos meus colegas, é a habitação. Nós sabemos que há pessoas em situações muito difíceis, que não tem acesso à habitação digna. Ainda na última assembleia estivemos aqui a falar um bocadinho sobre os sem-abrigo. E também depois soube pela Senhora Vereadora Teresa, as medidas que têm vindo a tomar relativamente aos sem-abrigo e agradeço a simpatia do esclarecimento, mas não são só pessoas que ficam na rua. Há muita gente com problemas de habitação. Eu sei também que há muitos pedidos na Câmara. Gostava também que se pudesse, se soubesse, dizer qual é a lista de espera para atribuição de habitação social.

E também sabemos que com a chegada de muitos emigrantes esta situação se agravou significativamente. Também gostaríamos de saber que medidas é que estão a ser feitas para combater ou pelo menos mitigar.

Portanto, esta situação agrava-se. Há muitas pessoas em situação de emergência social. Foi com agrado que o ouvi dizer na sua intervenção de apresentação que se forem necessárias medidas para aferir os valores, para haver um reforço nas ajudas a famílias carenciadas, que o fará. Foi com muito agrado que o ouvi. Mas como sabe o Partido Socialista tem políticas de Habitação Social, em que o Governo tem como desafio atual, portanto, garantir que todos os agregados tenham acesso a uma habitação digna e adequada aos seus rendimentos e à sua dimensão.

Pronto, têm o desafio e no fundo é o garantir que, a médio prazo, o peso da oferta pública no mercado habitacional seja capaz de dar resposta às necessidades e contribuir para a regulação do mercado. O que se deverá fazer é promover a adequação dos instrumentos das políticas nacionais às especificidades locais, que é o caso. Portanto, a existência de uma estratégia local de habitação é essencial, para orientar a intervenção em matéria de política de habitação. E são muitas as vantagens para o município e para os munícipes com a sua implementação. Por isso, são muitos já os municípios que aderiram, que elaboraram a estratégia e que vão usufruir dessas vantagens.

É nossa convicção, portanto do Partido Socialista, que a autarquia se devia candidatar a esses mesmos apoios. E ainda não fez, o tempo está a passar. Nós sabemos que alguns projetos terão final em 2023, e gostávamos de ter algumas respostas para saber para onde Aveiro quer caminhar.

Quando pensa Aveiro apresentar o Plano Estratégico Local de Habitação? Em que ponto é que está o Plano. Sabemos também tudo que referiu que tem planos para mil casas, mas estes projetos que enumerou são no fundo o acompanhamento das medidas governamentais. Portanto o Estado Central é aqui o promotor destes projetos. Sabemos que o Senhor Presidente não se identifica com as políticas sociais do Partido Socialista. Como já referi, nós pensamos que as candidaturas por parte do município aos fundos, permitirão, pelo menos aquelas que permitiam o restauro de habitações para futuras atribuições a famílias carenciadas, seriam uma mais-valia para o atenuar do problema a médio prazo.

Portanto, a minha pergunta é, em que estado se encontra, em que fase se encontra, a estratégia local de habitação? E se, como nós vemos em execução, que será executada em 2023 e queremos saber em que está. Ou seja, se já fizeram levantamento de necessidades, se

têm listagem de listas de espera para habitação social (devem ter certeza, não é), mas estão a contrabalançar todos estes aspetos para que este problema se mitigue ou pelo menos se atenuie.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Senhor Presidente, já muito foi dito e para não estar a repetir algumas das coisas e das preocupações que o Partido Socialista também partilha, dizer o seguinte: um Plano e Orçamento é no fundo o documento principal que vai orientar o desenvolvimento do município. É um Presidente da Câmara vem aqui à Assembleia Municipal, faz aprovar no executivo e traz à Assembleia Municipal o seu Plano de opções, a execução do seu programa de candidatura para o qual foi eleito, onde transporta as suas ideias, etc.

O que este Plano de Opções nos diz sobre este Presidente da Câmara, sobre este executivo é que 40% do dinheirinho que vai gastar, não está dito onde é!?

Do Orçamento dos 95 milhões, 44 milhões não diz onde é que é (ouvem-se vozes). Ó Eng. tenha calma! Depois vai ter a oportunidade de dizer alguma coisinha sobre isto com certeza. O Senhor Presidente tem verbo fácil e, com certeza, fará os esclarecimentos que entender. Agora se me deixar terminar agradecia. Há 44 milhões de euros onde não se percebe de forma clara, a meu ver, da leitura que fiz. E mais. Se dúvidas existissem, o Senhor Presidente gastou o tempo todo na apresentação do Plano e Orçamento e não só nós que aqui estivemos, como qualquer cidadão de Aveiro que esteve ouvir, não conseguiu retirar uma ideia força, uma ideia força, do que pretende esta autarquia fazer neste ano vindouro que aí vem e nos outros seguintes.

Ou seja, o Senhor Presidente fala em captação de investimento! Eu concordo. Mas até agora do que eu ouvi da capacidade de captação de investimento da Câmara, que é muita, porque nós temos dinheiro, temos uma situação financeira felizmente bem satisfatória, provavelmente em relação ao equilíbrio das outras autarquias, o que é importante para a captação de investimento, nomeadamente para a disponibilidade financeira que é necessário ter na questão dos programas de candidaturas a fundos europeus.

O Senhor Presidente falou disso. Mas, por exemplo, aqui em relação à estratégia local de habitação, onde poderíamos pelo menos apresentar algum projeto e teríamos dinheiro para isso, todo o processo está atrasado. E nem sequer se percebe porquê. Se é teimosia, se não gosta, se acha que não é por aí. Eu sei que o senhor Presidente acha que não é por aí. A minha questão é qual é o sentido de perder algum eventual benefício que a autarquia possa vir a ter em relação às políticas de habitação, que este Governo da República tem lançado? Não sei se é uma questão ideológica. Se uma questão que não concorda. O Senhor Presidente fará o favor de explicar, se assim o entender.

Depois. Há bocado era relação à captação de fundos comunitários, a ideia que perpassa um bocadinho sobre isto é que o Senhor Presidente apresenta este Orçamento e depois passados 15 dias vem para a comunicação social, de que pretende vender 20 milhões de euros de património. Mas o que está no Plano não é isso.

E a minha pergunta é: por que é que não está isso no Plano? Sendo certo que nós, só poderemos autorizar a alienação de património se ela estiver inscrita no Plano, penso eu. Ou então o artigo 16º da lei das autarquias locais já mudou e eu estou a pensar mal. Ou então o Senhor Presidente não pretende vender ou então a notícia é falsa ou então o Senhor Presidente diga lá onde é que vem esse terreno, são 20 milhões de euros, não vai ser aquele parque de estacionamento com certeza ali do parque de estacionamento do Hospital. Não há-de ser isso. O Chega há bocado estava preocupado com o estacionamento, já agora eu aproveito e vou esclarecendo já de antemão. Não vai ser um euro por dia com certeza o valor a pagar no novo parque de estacionamento. Vai ter com certeza maior capacidade,

basta fazer mais um piso para baixo e já duplicou a capacidade de estacionamento. Não tenho dúvidas sobre isso.

Mas não vai ser 1 euro, a não ser que haja um protocolo feito que não está minimamente previsto. Mais. Não há nenhuma explicação da obra, é uma confusão. Acho que aquilo era um projeto que é necessário, mas que provavelmente precisaria ali de um viaduto ou de um túnel para fazer o desvio do trânsito, na minha opinião. E acho que isso devia ser discutido com calma, e não ser anunciado isso em cima do Orçamento.

O Senhor Presidente depois vai ter oportunidade de falar. Vai ter muito tempo para isso. Depois e para não gastar todo o tempo, porque quero guardar para a segunda volta, até para replicar o que o Senhor Presidente terá a bondade de me responder, dizer o seguinte: o Senhor Presidente depois suporta isto, faz esta coisa que é bonita, que é por um lado diz que a Câmara está financeiramente bem. E está. E por outro diz que não desce o IMI porque tinha prometido aos aveirenses que isto seriam 2 anos a 0.4% e 2 anos a 0.35%°

Não! Foi o que acabou de dizer aqui. Foi o que acabou de dizer. Ou pelo menos já escreveu isso. Só que escreve de maneira diferente. A justificação que o Senhor Presidente apresentou no ano passado para não descer o IMI de 0.4%° para 0.35%° era a justificação da preocupação com a consolidação orçamental da autarquia.

Era isto que o Senhor Presidente dizia. E também a questão do covid, a estabilização, etc. Este ano decide manter outra vez, mas já apresenta outra justificação completamente diferente. Já vem dizer que é a guerra na Ucrânia e a incerteza sobre a vida, a lógica inflacionista que estamos a viver no mundo, etc.

O Senhor Presidente, se não quiser descer o IMI não desça! Mas ao menos não invente a justificação. Diga, é meu entendimento que não vou descer o IMI, porque entendo que devo fazer investimento a,b,c, e que o município precisa de continuar a sua política de desenvolvimento que é uma prioridade. Mas que essa seja assumida verdadeiramente.

O que é certo é que numa altura (e esta é que é a grande a grande diferença que temos para consigo) em que o Senhor Presidente fez com razoabilidade, ainda que alicerçado nos bolsos dos aveirenses a recuperação financeira da Câmara, o problema com o Senhor Presidente não é só esta parte. Porque esta parte era até relativamente mais fácil de fazer. O problema é o que é que o Senhor Presidente depois faz quando têm dinheiro. E o exposto, que os aveirenses têm visto é o que está aí e que terá que ser julgado. Já foi duas vezes claro. E será julgado novamente, já não será vexa, será só o seu Partido a ser. Mas o que temos para apresentar em termos de obras de regime é aqui a reabilitação da Avenida, do meu ponto de vista, com projeto infeliz e o parque do Rossio. São as coisas estruturantes que vai deixar destes 12 anos Senhor Presidente, não tenha dúvidas sobre isto. É o que é.

O Senhor Presidente fez mais do que isso, seguramente, mas é o que vai ficar no olho. De olho é o que vai ficar. E esta é que é a questãozinha, que é, estamos a perder uma boa oportunidade se o Senhor Presidente às vezes não fosse tão, vamos cá ver se arranjo aqui uma palavra que seja simpática para si, até porque está de saída (ouvem-se risos). Foi o que eu li! Foi o que eu li. Tenho toda a paciência do mundo. Foi o que eu li Senhor Presidente. Terá sido a anunciar que saía, espero que não.

Eu já lhe disse isto várias vezes, espero que fique até ao fim. E vou contribuir para que termine o seu mandato com dignidade e que possa cumprir o seu programa. Conte comigo! Já estou aqui a gastar um bocadinho tempo e não queria. E, portanto, queria então deixar estas notas Senhor Presidente, e dizer que: explique-me lá qual é onexo causal entre, por um lado, a situação positiva financeira da Câmara versus a manutenção do IMI e a venda de património.

Num ano em que resulta claro e o que se perspetiva, infelizmente, não é nada de bom para todos, para todos os portugueses, nomeadamente também para os aveirenses e em que este Plano deveria ter uma resposta e uma preocupação muito marcada, muito marcada, virada

para um setor e para uma capacidade de resposta da autarquia, para os problemas que aí vem e que podem de alguma forma assolar os municípios, que são, no fundo, aqueles que tutelamos como município. E, portanto, eram estas notas queria deixar em primeira mão.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰²¹

“Senhor deputado, o Senhor tem muitas ideias. Sabe muito disto, é deputado há muito tempo, anda nestas coisas da política há muito tempo. Com estas ideias todas, quando foi presidente da concelhia do PS a pouco tempo de eleições autárquicas, porque é que pediu a demissão e se foi embora e não ficou para apresentar as suas ideias?”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):⁰²¹

“Senhor Presidente em bom rigor não queria responder, mas é que nestas coisas quando uma pessoa não responde dizem o fulano calou-se e tal.

Ó Manuel Prior foram razões pessoais, mais do que claras, explicadíssimas e, portanto, para ser simpático, acho miserável o pedido de esclarecimento que me fez.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰²²

“Caro colega, às vezes fico com a ideia que não estamos na mesma reunião! Eu queria perguntar ao Pires da Rosa em que parte da intervenção do Senhor Presidente ficou com a ideia de que a situação financeira é boa? Que fique com a sensação de que é boa. Porque aquilo que eu ouvi, foi a necessidade de um empréstimo, provavelmente a necessidade de contrair um empréstimo para financiamento de obras. E uma grande indefinição em relação a financiamentos que se podem vir a concretizar ou não nos termos dos Fundos Comunitários.

Portanto essa repetida afirmação de que tudo está bem, acho que serve para branquear a política do PSD. Porque afinal há dificuldades económicas.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):⁰²³

“Felicitó o Partido Comunista Português porque mudou a sua perspetiva sobre a habitação. Porque o PCP nos municípios, sempre defendeu que o investimento na habitação pública devia ser do Governo e não competia às autarquias. O que fez com que o parque habitacional dos municípios onde o PCP foi sempre governo, tenham um parque habitacional absolutamente miserável e que tem as responsabilidades dos executivos do Partido Comunista. Exatamente, tiveram sempre esta lógica, ah, não, tem de ser o Governo a tratar é uma questão de princípio nossa. Esta é logo assim a primeira nota.

A segunda nota é para lhe dizer que, eu estava a dizer o que o Senhor Presidente da Câmara disse! Mas deixe que lhe diga o seguinte. A minha visão sobre a forma como se deve fazer investimento e como se deve fazer a gestão autárquica, também não é a do Partido Comunista Português. O Senhor Presidente o que disse e eu discordarei se ele não me diz onde é que ele quer gastar o dinheiro, é que a capacidade de investimento da Câmara faz com que a Câmara, mantenha uma capacidade de captação de Fundos Comunitários muito superior e que de outra forma não o conseguirá fazer. Portanto eram estes os esclarecimentos que queria deixar ao Partido Comunista Português.”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Muito boa noite a todos. Na sua pessoa Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e também os que nos ouvem através das redes sociais. Felicitar o executivo camarário pelo documento que apresenta. O documentou transcreve e transpõe a realidade que foi sufragada e o programa eleitoral que foi amplamente sufragado pelos aveirenses. E

discordando da minha ilustre colega e também colega de profissão, nós estamos aqui Dr.ª Ana Maria Seíça Neves para fazer a dialética política. É para isso que fomos todos eleitos e é para isso que aqui estamos — é para isso. Espantoso, não é!? Foi para isso que houve os votos e, portanto, é para isso também, nessa perspetiva da democracia, que o executivo eleito lavra o seu documento, neste caso, das Grandes Opções do Plano. E, portanto, ainda por cima este é um documento que é feito no segundo ano após a cessação do PAM e, portanto, reflete sem dúvida o programa eleitoral amplamente sufragado pelo povo.

Eu sei que não gostam de ouvir isto, mas é a realidade, são os números. E, portanto, estas Grandes Opções do Plano revestem precisamente isso. E com uma elevada capacidade de investimento.

É pena o meu ilustre colega Dr. Pedro Pires da Rosa estar a ir embora, porque ele dizia que não tinha percebido (ouvem-se vozes) Estás a ouvir Pedro? Fico feliz. Portanto, dizia que não tinha captado onde é que se ia gastar um dinheirinho. Eu, só assim, sem um grande esforço consegui delimitar três grandes áreas de investimento, sem um grande esforço. Na Educação, na qualificação Urbana e na Cultura, são logo três grandes áreas de investimento.

Na Educação, como prioridade máxima, 18 milhões e meio. E dar aqui uma nota também que este processo de descentralização na Câmara tem sido muito positivo.

Porque ao contrário do PAM que houve reclamações das pessoas e dos pais, eu que estou numa autarquia e, portanto, em proximidade, não ouço reclamações nenhuma. Antes pelo contrário, a população está muito satisfeita com este processo de descentralização e acho que os meus colegas presidentes de junta também terão parecer como eu, que é não ouvirmos qualquer a reclamação destas novas competências da Câmara e esta execução que vem desde o ano letivo de 2020. Portanto com claros ganhos para a população.

Depois na dotação urbana. Aqui um grande e avultado montante de 21,1 milhões, em que também o meu colega não viu onde se se gastava dinheiro! Estas 3 grandes ideias estão lá.

E depois não posso deixar aqui de saudar, quanto a Aradas, ler que se vai iniciar os estudos prévios da Via Panorâmica, prolongamento da Rua da Pêga até à Avenida Europa.

Isto será sem dúvida uma enorme conquista. E a construção de uma nova realidade que nos trará ali uma nova frente de Ria e uma nova frente de cidade, goste-se ou não se goste, mas é verdade.

E, portanto, fiquei muito feliz de nesta área da dotação urbana ler a Via Panorâmica a ressurgir de facto. E estando por este executivo sufragada e pelo Senhor Presidente assinada, tenho a certeza que irá avançar com estes estudos e que, portanto, que não será aos fait-divers que até aqui se foi ouvindo. Não destes mandatos sobre esta presidência. Depois também e ainda quanto a Aradas, aqui dar a nota da requalificação do largo da Capela da Quinta Picado. Muito importante porque é criar uma nova centralidade, mais uma centralidade, e que também ocorre um pouco por todo o município estas novas centralidades que se vão criando e que vão dotando também lugares, às vezes até menos desenvolvidos, mas são os lugares de novas centralidades, novos equipamentos e também de novos espaços de lazer.

Depois a Cultura que também fazia parte destas 3 grandes ideias mestres, da Educação, da qualificação Urbana, a da Cultura com 9 milhões. Também uma nota muito positiva de finalmente vermos a reabilitação do Centro Cívico de Aradas. E saudar o executivo municipal na pessoa do Senhor Presidente, do longo trabalho e do árduo trabalho e da persistência, quando parceria mais fácil demolir o edifício, teve a persistência, de facto, em reabilitar aquele edifício. E também o trabalho empenhado e que resulta agora nesta concretização.

E, portanto, saudar o Senhor Presidente por esta persistência que teve, esta resiliência, quanto a este dossier.

Depois também não posso deixar de dar aqui uma nota muito positiva, por ter ouvido e que me agrada particularmente e penso que agradará a todos, que de se terem deixado 10 milhões para execução nos 3 anos subsequentes, para a Capital Europeia da Cultura. Porque é a garantia de que não vamos ficar com monos, que não vamos ficar com edifícios abandonados e que, de facto, há aqui um projeto e há aqui um plano para não nos suceder como foi o caso do Euro 2004 em que vimos tantos estádios abandonados.

E, portanto, aqui temos a certeza, estes 10 milhões dão-nos a certeza, nos três anos subsequentes que há uma continuidade do investimento e que há uma continuidade da programação e, portanto, que é mais uma vez as coisas feitas com princípio meio e espera-se que sem fim. Porque espera-se que, de facto, a Cultura continue a ser predominante e marca também identitária da Cidade e de projeção da Cidade.

Depois só uma pequena nota em termos até de que, as Delegações de Competências mesmo sem 1 milhão que vem direto, continuamos a destacar-nos mesmo sem o 1 milhão. Continuamos a destacar-nos porque na maioria dos municípios nunca se chega sequer ao número de 1 milhão. E, portanto, as freguesias do município de Aveiro efetivamente podem saudar este executivo, porque estamos, conseguimos ter capacidade também de intervenção, capacidade de autonomia, e capacidade para também para gerar vida e ter as nossas freguesias organizadas de forma diferente e de forma sustentável.

Fazer votos que, de facto, a Freguesia de São Jacinto também consiga integrar o leque da das 10 freguesias do concelho e consiga, de facto, cumprir os contratos.

Depois e porque ouvi aqui falar do amor babado do Senhor Presidente pelos mercados, achei uma expressão muito engraçada, não feliz, porque, de facto, esse eventual amor babado traduz-se noutra linguagem menos corriqueira na diplomacia política, que o Senhor Presidente também faz junto das nossas empresas e que resultaram, inclusivamente esta diplomacia política, na captação de um grande investimento, que parece que a maioria dos senhores deputados não leu ou não sabe de habitação a custos controlados em Aradas. E, que, de facto, dar nota que, além de ser um grande um grande investimento, colocará no mercado 288 apartamentos, a custos verdadeiramente controlados. Falamos de números, e os números indicados são para T1 87.000, para T2 122.000, e para o T3 152.000.

Portanto estes são números que não interessam aqui se calhar falar, mas que é fruto não só da diplomacia política do Senhor Presidente e dos seus órgãos executivos, como da resiliência, como da capacidade de trabalho, porque estes processos dão muito trabalho. Mas também da predisposição que esta Câmara teve para abdicar de Taxas e de Receitas para podermos ficar com esta habitação a custos controlados.

E dizer que esta Câmara não tem política de habitação é estar a desprestigiar a capacidade que existiu. Há mais de 10 anos que não havia projetos desta dimensão e penso que até não existiu nenhum processo há 10 anos de habitação a custos controlados e muito menos com esta dimensão. Nós enquanto aveirenses vamos ficar muito felizes de termos conseguido captar e reabilitar esta realidade dos custos controlados que devolverá ao mercado 288 apartamentos e em que a Câmara de facto abdicou de parte das suas Receitas.

E, portanto, dizer que vamos no rumo certo para continuar a crescer, e ter um Aveiro sustentável e um Aveiro que os aveirenses se reveem na sua maioria e que o sufragam. Disse.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[025](#)

“Pedia um esclarecimento à minha colega profissão, aqui não é a minha colega, somos ambas elementos desta assembleia. Mas se me era permitido fazer dois apontamentos.

Primeiro permita-me que lhe diga minha cara Catarina, que se calhar quem não sabe bem o que é a dialética política a Catarina!?”

Dialética política é também a discussão de ideias e é para isso que nós aqui estamos. Sabemos que ganharam as eleições, assim como nós ganhámos as eleições legislativas. Mas estamos aqui todos com um único objetivo, Aveiro.

E nós que não apoiamos e não votámos, não é novidade para ninguém somos oposição, estamos a dar o nosso contributo. E quando estamos a dar o nosso contributo fazemo-lo de boa-fé e com vontade de participar. E aquilo que me está a dizer é assim “ganhei, não interessa aquilo que dizem, porque não é dialética, não sabem o que é dialética”

Eu sei o que é a dialética e sei o que é a democracia. A democracia é o respeito pelas outras pessoas e pelos outros partidos e por outras ideias. E a dialética é podermos discutir pontos diferentes de opinião.

Ora bem, eu não estou aqui na dialética, mas estou aqui numa democracia. E creio que aquilo que disse não se deve adaptar a mim nem a ninguém. Porque aquilo que eu vejo aqui (é que nem peço desculpa, senhor Presidente dizer isto) é se Senhor Presidente amanhã disser, todos têm que andar a fazer o pino uma Avenida, se foi sufragado pelos aveirenses vamos todos fazer (ouvem-se vozes). Não estava no programa, mas com o bocadinho de habilidade pode ser que cheguemos lá. Isto para dizer que nem tudo tem de ser como pretendem.”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[025](#)

“Minha cara colega, com o devido respeito que a sua idade e experiência me merece (ouvem-se vozes).

Então não é mais velha que eu? Tem mais experiência que eu. Então não estamos perante factos objetivos. É mais velha que eu, só que estou muito mal conservada.

Presidente da Mesa:

“Senhora deputada Ana Seiça Neves, quem está no uso da palavra é a Senhora deputada Catarina Barreto.”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD):

“Eu fui aqui atacada de não ser democrata. E porque digo, com o devido respeito, que a sua idade e experiência me merecem, não consigo perceber em que isto é ofensivo!? Ao contrário fui ofendida, mas atendendo ao respeito que a idade e a experiência me merecem, não vou sequer responder quanto à alegada falta de democracia. Porque as Grandes Opções do Plano que estamos a discutir foram sufragados democraticamente.

A composição da Assembleia foi sufragada também democraticamente. E os tempos que cada um tem, e as questões também foi. E a Senhora deputada se bem se recorda é que deu a entender ao deputado Greno que agora nem está também na sala, que não estavam aqui a fazer nada! Quer dizer, estamos na dialética política. É o meu entendimento do que estamos aqui a fazer Senhora deputada. E é pelo elevado respeito pela democracia, senão seria muito mais fácil nem participarmos no debate Senhora deputada, remetiamo-nos ao silêncio e íamo-nos a votação. Se não gostássemos da dialética política nem participávamos neste debate. Disse.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos e quem nos segue na rede sociais.

Em primeiro dizer que este é um Orçamento e um Plano de Atividades que reflete bem aquele que foi o trabalho que tem sido feito desde há 9 anos para cá. Foi um trabalho

responsável, realista, e que sempre se bateu pelo de pela gestão política responsável do nosso concelho.

Quando à pouco ouvia alguém dizer que ficava do mandato, ou melhor, ficava do exercício de gestão política destes 3 mandatos, apenas e só a obra da Avenida e o parque do Rossio, eu fiquei chocadíssima! E fiquei chocadíssima porque reflete bem a visão restritiva (e eu não quero atribuir outro adjetivo pejorativo), mas muito, muito deficitária, daquilo que é o concelho de Aveiro e daquilo que são as obras que estão nas freguesias.

E, de facto, é lamentável que a oposição não vá às freguesias!? E, por isso, têm esta visão tão centralista daquilo que o executivo faz. Mas pronto, é aquilo que é. É a visão que se tem. Daqui a 3 anos estaremos novamente em eleições para mais uma vez sermos sufragados, porque é isso que nós somos.

Depois deixar aqui outra nota muito positiva acerca daquilo que tem sido a relação com as Juntas de freguesia. E este também é o momento para dizer isto. Falta aqui 1 milhão, mas foi o milhão que foi discutido amplamente com todas as Juntas de freguesia, exceto com a Junta de freguesia São Jacinto, pelas razões que todos conhecemos, mas que todos desejamos que a partir de Domingo esteja novamente neste grupo e na mesa sentada a discutir outros milhões.

Foi amplamente discutido com todos os presidentes de junta, a forma como esse valor viria e qual o valor que viria para cada freguesia. Por isso quero deixar também esta nota, que nem sempre é fácil ter esta estes consensos. Isso foi mais uma vez conseguido com o Executivo na pessoa do Senhor Presidente e dos meus colegas presidentes de junta. Nem todos os colegas presidentes de junta de outros concelhos se podem gabar disto, mas realmente nós temos conseguido. Ao contrário de outros chegámos a bom-porto e, por isso deixo aqui também esta nota muito positiva e congratular-me com o facto de continuarem a existir 1,1 milhão de euros para distribuir às juntas de freguesia. Para esse investimento que a oposição teima em não ver, e apenas ser o projeto que não gostam da Avenida e o do Rossio. Mas quando daqui a 3 anos, aliás, se já hoje passearmos em algumas freguesias (eu diria em todas), temos marca daquilo que foi os nossos mandatos. Não temos elefantes brancos. Temos qualificação urbana, temos qualificação rodoviária, temos investimento que, aliás, o Senhor Presidente não faz só para o centro da cidade, onde muitos só se passeiam, porque teimam em não ir às freguesias. Não é só ver os arrabaldes nem as freguesias perto, porque senão, conseguiam vislumbrar mais investimento e mais qualificação urbana.

Por exemplo, e falando daquela que me é muito querida, que é a qualificação urbana do centro histórico de Esgueira, requerida há mais de 20 anos e que só agora está em curso, por razões que todos sabemos, porque o Senhor Presidente apostou, o executivo apostou. Era uma das medidas do nosso programa eleitoral e hoje está em curso.

Temos uma rotunda há muito desejada pelos esgueirenses e pelos aveirenses, porque não vai servir só Esgueira, vai servir Aveiro. Esgueira, não sendo tanto dos arrabaldes, também está ali na periferia e, portanto, serve o concelho de Aveiro.

E esta também é Senhor deputado uma obra emblemática. Uma obra que fica na história daquele que foi os 3 mandatos do executivo e da Junta de freguesia.

Também depois deixar aqui notório, aquela que tem sido também a preocupação sempre deste executivo desde o 1º dia, desde há 9 anos atrás, o investimento na Educação.

Sem Educação é difícil termos um concelho e evoluído, termos um concelho voltado para o futuro, termos um concelho atrativo. E essa aposta foi a aposta deste executivo, foi a aposta do Senhor Presidente da Câmara há 9 anos, quando chegou Aveiro. E hoje essa aposta está também consolidada neste Plano de Atividades e Orçamento.

Depois a Cultura. Como eu disse ainda na última sessão, já não é preciso sairmos do nosso concelho para termos atividade cultural. Atividade cultural de grande qualidade, de sentirmos que as pessoas vêm a Aveiro para terem a atividade cultural.

Portanto deixo aqui esta nota de congratulação, por achar que estão aqui espelhados aquilo que são os objetivos traçados desde o início do exercício do nosso primeiro mandato e que estão também previamente precavidos aquilo que é o futuro dos próximos 3 anos que ainda faltam para terminarmos este nosso terceiro mandato. Muito obrigado.”

Vogal António Monteiro (BE)⁰²⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰²⁸

Vogal Teresa Pires (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e todos os que nos veem em casa. A minha intervenção vai-se direccionar só para uma área, que é a Educação. Nas Grandes Opções do Plano, a importância que é dada à Educação é fundamental e leva-nos a ter grande esperança na educação dos nossos jovens, por se revelar fundamental para o crescimento e desenvolvimento do nosso concelho. Para a valorização de todo o trabalho que é realizado nas nossas escolas, para a capacitação da população mais jovem para o exercício de competências básicas de cidadãos mais responsáveis, conscientes, criativos e empreendedores e mais interventivos na vida ativa em sociedade.

Com o investimento previsto para a Educação e para que consigamos contribuir para a formação desses cidadãos, a educação assume um carácter muito abrangente e uma visão que vai muito para além da construção e requalificação dos edifícios escolares.

É certo que os edifícios qualificados e com boas condições físicas, contribuem para a melhoria das atividades que são desenvolvidas nas escolas e para bem-estar de quem lá trabalha. Contudo, para o bom funcionamento das escolas e a manutenção dos edifícios também é preciso haver um investimento nos recursos humanos, nomeadamente no pessoal não docente, que diariamente também garante as condições essenciais para que as crianças e alunos permaneçam satisfeitos nas escolas um número elevado de horas, o que implica o apoio em rotinas diárias, apoio social, emocional, atividades letivas e não letivas e um serviço de almoço com qualidade. O que me leva a contrapor um pouco a ideia de que as refeições escolares não são de qualidade e o modo como são servidas também não é nas melhores condições!?

Sabemos que não é fácil recrutar pessoal não docente, motivado e capacitado para contribuir para o desenvolvimento dos alunos e dar vida às atividades realizadas nas escolas. No entanto, é a minha opinião e sinto que também do executivo que não vamos desistir de investir nesses recursos humanos. É bastante importante.

Outro aspeto que também considero bastante importante e que estará consignado nestas Opções do Plano é a realização das atividades contidas no PAEMA. O que se revela uma mais-valia para as crianças e alunos, salvaguardando que, para muitos, é a sua única oportunidade de participar nessas atividades. Refiro-me concretamente às atividades de judo, atividades na escola ciência viva, atividades de música, são através dessas atividades que as nossas crianças e alunos iniciam aí muitas vezes as suas competências para a sua atividade futura e para a sua orientação profissional e sensibilização para a cultura. Estas atividades são mais um contributo para a igualdade de oportunidades e para minimizar as desigualdades sociais. Como é evidente, todos sabemos que existem na população escolar.

Dito isto, o Orçamento reflete a opção pelo investimento na Educação, nas suas diferentes dimensões, valorizando o bem-estar das crianças, jovens e famílias. Disse.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Boa noite Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores. Hoje analisamos a perspetiva para o 2º episódio da 3ª temporada desta coligação e deste executivo. Durante os últimos nove anos o princípio base tem sido o mesmo: transparência e rigor.

Mas sobretudo, o cumprimento dos compromissos assumidos com os Cidadãos, no seu devido tempo, no timing definido por esta coligação, por este executivo. Sendo este o segundo ano do mandato, após a cessação da vigência do contrato do Programa de Ajustamento Municipal ou como chamei no ano passado, o ano do início da consolidação. Este é um Orçamento que consolida uma nova fase de vida da Câmara, sucedendo aos anos de condicionalismo por via da reforma e negociação do PAM (2013/2016), com conseqüente aumento da taxa de IMI até aos 0,5%º e do recebimento da assistência financeira do FAM (2017/2018), com redução progressiva do IMI até estabilizar em 2018 nos 0,4%º.

E, agora, desde 2022, com uma gestão em plena autonomia e sem FAM, mas com uma inflação a caminhar para os 2 dígitos, já para não falar na guerra na Ucrânia e na escassez de matéria-prima e de mão de obra, permitam-me dizer que este executivo, já merece pelo menos um ano de mandato sem estes condicionalismos todos.

Cessado o FAM, a consolidação e a recuperação financeira continuam, mas continua também um elevado nível de investimento. O ano de 2023 assume a continuidade da ambição do desenvolvimento e do crescimento, num cenário de forte aproveitamento dos Fundos Comunitários do Portugal 20/20 que se encontra em fase final, e do PRR e do Portugal 20/30.

É disso exemplo a operação gerida pela CIRA, com construção do ponte açude do Rio Novo do Príncipe e as obras do sistema de defesa primária do Baixo Vouga Lagunar, com participação europeia de cerca de 25 milhões de euros.

Mas, faz sensivelmente um ano, que alertei nesta Assembleia para a inflação crescente e para a subida das taxas de juros — e estávamos longe, muito longe, dos valores atuais e ainda nem guerra havia, trazendo novas realidades e contrariedades agravadas para a vida dos cidadãos e para a gestão da autarquia, com os efeitos acumulados das conseqüências da Pandemia, da Guerra na Ucrânia, da incerteza comercial que se vive a nível global, da crise energética, que se repercutem em conseqüências negativas e aumentos de custos para os cidadãos, para a Câmara Municipal, para Aveiro. Além do aumento do valor absoluto dos impostos pagos pela autarquia ao Estado Central, que devia em 2022 ser também tributado por lucros excessivos, obtidos à custa de todos nós.

Estamos numa fase crucial do mandato. É, pois, fulcral conseguir manter a capacidade de investimento para que possa garantir por um lado, uma dotação relevante na contratualização inicial do Portugal 20/30 e por outro lado, a capacidade de ainda aceder a financiamento do Portugal 20/20 no seu ano de encerramento. Tal como se manter e melhorar a capacidade de contratar empresas para os concursos de obras que tem de lançar.

A realidade é apenas uma. Ano após ano a recuperação financeira continua, mas não termina aqui. E o investimento em Aveiro, em obras, projetos, ou eventos, continua a ritmo bastante acelerado. Para 2023 os pilares fundamentais são Educação; Qualificação Urbana; Cultura e Multiculturalismo.

A modernização do Parque Escolar do Município é a principal prioridade, com a sua qualificação e ampliação, independentemente da decisão a 7 de dezembro, de alcançarmos ou não o título de Capital Europeia da Cultura 2027, o processo de crescimento da oferta Cultural e do trabalho de desenvolvimento de projetos e de parcerias nesta área, vai continuar em 2023. Continuarão os eventos que marcam a agenda dos Aveirenses,

nomeadamente a Feira de Março, a Maratona da Europa, a celebração do Feriado Municipal, o Festival dos Canais, o Festival Dunas de São Jacinto, a Exposição Canina e Felina, o Aveiro Tech Week (nas suas 3 vertentes Techdays + Criatech + Prisma), a nova Agrovouga e as Boas Festas em Aveiro.

O trabalho com as autoridades de gestão dos Fundos Comunitários e com o Governo vai continuar a ter a atenção que os Aveirenses já estão habituados neste executivo. Na luta pela conquista de investimentos de capital importância como a qualificação e a ampliação do Hospital Infante D. Pedro, ligação Aveiro-Águeda, a gestão dos terrenos da antiga Lota de Aveiro, a bacia da frente-Ria de São Jacinto, e tal como muitos assuntos pendentes e que recentemente foram apresentados ao Governo.

A Descentralização continua a ser tema prioritário, levando a um trabalho muito empenhado por parte desta autarquia, tendo em conta que o executivo autárquico quer fazer bem, quer cuidar dos aveirenses. Quer o nosso executivo continuar a cuidar das áreas onde as operações estão a correr bem, nomeadamente, Cultura, Educação, Ação Social, entre outras. Mas pretende também ganhar margem de intervenção em áreas que continuam a ser vítimas do Governo, como na Saúde, nas Áreas Portuárias, na Habitação ou a Justiça. Num cenário como o atual, de crescente necessidade económica e social por parte dos cidadãos, será necessário ter recursos financeiros, estar presente e próximo, para responder às necessidades de quem mais precisa,

Continuará a aposta no Aveiro Tech Week, muito falado aqui na passada sexta-feira, que tem pela frente uma garantia de continuar a crescer. Em 2023 será o ano de aposta numa nova mobilidade, com uma reforma na oferta de transportes públicos de passageiros, com o seu aumento, assim como na gestão do estacionamento público, com o aumento da oferta, de investimento na mobilidade, nomeadamente na mobilidade suave, com a construção e ativação do Ferry Elétrico e do seu sistema de carregamento, com a ativação dos carregadores elétricos dos Moliceiros e o apoio aos operadores Marítimo-Turísticos na introdução dos motores elétricos nos Moliceiros. Ou seja, tudo junto, o efeito agregado espera atrair mais pessoas para a utilização dos transportes públicos, menos Pessoas para a utilização de automóvel individual, tal como reduzir o estacionamento ilegal e abusivo que vamos tendo na Cidade.

Assim, as GOP 2023 assumem um investimento municipal com um valor de 95M€. Sendo o montante global do Orçamento de cerca de 99M€. O valor previsto para as despesas de funcionamento é de 35,6M€. Mas voltaremos cá em 2023 por via da integração do Saldo do exercício de 2022 e de outras receitas em perspetiva, nomeadamente ao nível da alienação de imóveis, projetando assim o valor total do Orçamento da CMA para 147M€ em 2023.

Finalmente passaremos a ter um serviço de dívida abaixo da barreira psicológica dos 5M€. Sendo que este número baixou cerca de 1M€ face ao ano passado e tem agora um prazo de maturidade bastante alargado. Sendo que esse encargo respeita na sua quase totalidade ao financiamento associado ao FAM. Continua a ser prioritário prosseguir a ponderação na continuidade das receitas, e tendo em conta que o cenário macroeconómico nos exige as devidas e redobradas cautelas na despesa.

Em suma, em 2023 vamos viver mais um ano sem FAM o que significa a continuação da nossa autonomia, que queremos manter por muitos e bons anos.

Para terminar, em 2023 vamos viver o 2º episódio da 3ª temporada desta coligação. Com a relevância especial de acontecer, novamente sem FAM, mas num enquadramento macroeconómico bastante complexo e difícil. Do qual destacamos a tendência inflacionista após anos de estagnação nesta matéria e a transição de quadro de Fundos Comunitários do Portugal 20/20 para o Portugal 20/30.

Este executivo, acredito, que vai manter a gestão financeira equilibrada, rigorosa e ambiciosa, que lhe é reconhecida. Com uma gestão transparente e de proximidade num

elevado nível de investimento e uma capacidade reformista que estruture de forma mais capaz alguns serviços públicos importantes para a vida das pessoas e das empresas, nomeadamente ao nível da mobilidade. Vai dar continuidade ao trabalho de equipa com as Associações, as Juntas de Freguesia, as Empresas e suas Associações Empresariais, a Universidade de Aveiro, os Aveirenses. As GOP e o Orçamento 2023 são um instrumento muito importante para conquistarmos mais e fazer melhor pelo Município de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

“António Salavessa e também Pires da Rosa. O Salavessa percebeu isto, o Pires da Rosa é que mantém a lógica socialista da aposta na baralhação das pessoas. Há uma questão que é objetiva, a maior parte da verba que fica não definida, é a verba que, nesta fase, na fase de quando fechámos o documento para ir à Câmara, está como prevista que venha a ser Saldo. Portanto é esta a questão. No documento, ao contrário da baralhação do Pires da Rosa que continua esta lógica do Partido Socialista de apostar em baralhar as pessoas, em mentir. Porque no documento está lá tudo! Quando nós falamos de “verbas definidas e não definidas” o documento diz em que rubrica, em que obra, em que evento, etc. Está lá tudo. E, portanto, esta palhaçada do Pires da Rosa de dizer que o “não definido” não sabe onde é que está, obviamente, é de quem está a tentar enganar as pessoas.

Seguramente que não é enganar os membros da Assembleia e da Câmara, porque leram o documento. Mas os outros cidadãos que o não leram — e vocês continuam nesta estratégia de mentira, passam sistematicamente a vida a mentir às pessoas. Ainda não perceberam que não é mentira que os faz crescer junto das pessoas. É exatamente a mentira que vos faz serem cada vez mais pequeninos, não só na dimensão partidária, mas na qualidade da vossa intervenção política socialista, que é de facto miserável.

Portanto, Salavessa, obviamente que a “verba não definida” vem maioritariamente do Saldo. Um valor arredondado que na nossa previsão será de 35 milhões de euros. E no que respeita à verba restante, cerca de 15 milhões, que virão da tal hasta pública. E já vos explico um bocadinho melhor quando falar novamente sobre aquilo que disse o Pires da Rosa.

Quanto à verba da CEC (Capital Europeia da Cultura), a verba que nós vamos aportar para os 56 milhões, são os 18,6. Há outra que o Governo do país vai aportar, que são outros 18 Milhões. Há outras fontes de financiamento. Portanto não é só a Câmara que vai meter o dinheiro todo. Não. Portanto aqui só fica a nossa parte. O orçamento da CEC, a CEC não será gerida pelo Orçamento municipal. O nosso título, se formos Capital vencedora é à nova Aveiro-Expo que vamos entregar a gestão. E é no orçamento lá, que vai estar toda a Receita e toda a Despesa. Nós Câmara transferiremos como planeamento que está na candidatura, os 18,6 milhões.

Quanto ao peso dos impostos. Olhe, agora vamos aos números. E, de facto, há uma vantagem. É que o peso da receita dos impostos sobre a Receita total é muito baixo no nosso município. E o exercício melhor é comparar com outros da mesma tipologia, não se ponham a comparar com Câmaras muito maiores, porque somos todos Câmaras, mas as realidades financeiras não se devem comparar de forma linear.

Os 38 milhões de euros de impostos e taxas, são 38% da tal receita garantida dos 100 milhões! Mas quando formos à relação dos 148 Milhões, são 25%. E, portanto, no que respeita ao peso dos impostos sobre a estrutura de receita da Câmara, a verdade é que ela é muito baixa. E basicamente à custa da nossa capacidade de ir buscar outras fontes de receita de que, obviamente, os fundos comunitários são a fonte principal.

A outra questão que é importante, respondendo a vários, é que na venda património só estão 3,4 milhões! Porquê? Porque a lei assim o manda.

A maior parte da Receita, nós não temos o direito de inventar. Eu posso achar que para o próximo ano vamos ter receita de mais 4 milhões de IMI, 5 milhões de IMT, 7 milhões de património. Mas na elaboração do Orçamento, nas verbas definidas, não posso inventar, porque a lei manda pegar nos dois valores dos 2 últimos anos, somá-los, e dividir por 2. E acabou a conversa. Não há que inventar.

Portanto a construção da Receita é altamente condicionada pela lei. Já não se pode inventar. Portanto é aqui que está a verba definida e nós fazemos o exercício de uma não definido que, obviamente acontecendo, será com o Saldo, que será logo no início do ano integrado na nossa receita.

O Pires da Rosa gosta muito do Rossio e da Avenida. O empreiteiro do Rossio vai acabar a obra neste mês de Novembro, fantástico! É pá, mas então a nossa previsão do Saldo já não vai bater certo porque em vez dos 35 lá vão mais 10 milhões e ficam só 25. É provável que isso aconteça? Claro que não. Vamos errar muito na previsão e não são 35, vamos ter 32, não vamos errar por muito. Falta um bocadinho mais de mês e meio, portanto são exercício previsionais com alguma segurança alta.

A nova entidade de transportes Salavessa, para não baralharmos isto, eu sei que vexa não gosta de baralhar as pessoas, em que é que é importante para a operação municipal?

A empresa que ganhou o concurso e que vai iniciar a operação no próximo ano, concurso intermunicipal e municipal para os outros dez municípios, vai também operar no nosso município. Porque a esmagadora maioria das circulações intermunicipais passa em Aveiro. E depois é uma oferta importante para nós. Nós podemos ir daqui de Aveiro para Ovar. Nós podemos apanhar ou sair em Ovar, mas podemos apanhar e sair em Cacia. Eles sendo intermunicipais eles passam e param no nosso município. Portanto é esta a questão.

Quanto à habitação. O Salavessa tocou esta questão e para um comunista é um bocadinho triste comparar Habitação com Cultura! Na nossa lógica de gestão social-democrata e democrata-cristã, a nossa atitude é: há áreas onde o investidor privado investe e está interessado em investir, mesmo em habitação a custos controlados. Na cultura não há.

Se nós lançarmos a concessão do Teatro Aveirense, ninguém o quer. Ou empresas privadas organizarem o Festival dos Canais, ou pagarem a Capital Europeias da Cultura, não existe. Manda mercado! Claro que manda o mercado. E se não somos nós a fazer Cultura, obviamente há algumas entidades privadas a fazer Cultura, as Associações privadas sem fins lucrativos, enfim muito ancoradas nos apoios da Câmara. E as com fins lucrativos, existem felizmente, temos muito boas, mas são todas de pequena dimensão.

E, portanto, na habitação não. Nós na habitação, temos capital privado presente. E o que está a acontecer, que vocês chamam o sobreaquecimento, é uma consequência difícil, eu não uso a palavra negativa, de uma coisa boa que é o facto de termos um município que está a crescer muito e a receber população.

Crescemos na última década censitária. Eu disse logo que saíram os resultados, que vamos crescer muito mais na atual década censitária. Apenas isso provoca uma pressão. E como isto não é um país comunista, felizmente. Aliás, já não há disso. Os que existem, pronto, enfim, ninguém nenhum de vocês quer lá viver, nem muito menos o Salavessa. A relação da oferta e da procura é que toma decisões sobre os preços.

Agora, o grande problema principal dos nossos preços, não é exatamente eles estarem mais altos. Claro que isso é uma nota que exige esforço maior às pessoas. Mas o nosso maior problema em Portugal é o rendimento das famílias e dos indivíduos, que não cresce há anos.

É aí que está o nosso problema. O nosso miserável ordenado mínimo nacional! É aqui que está o problema. Os Governos é tudo paleio, paleio, e continuamos na mesma miséria.

É aqui que está o problema. Ai e tal vamos baixar o IRS 1%!? Está bem, mas a malta põe gasolina nos carros, vai e paga IVA de tudo o que consome, vai ao supermercado e aí pumba paga muito mais.

Portanto deixemos de conversa fiada e deixemos as coisas muito claras. Nós vamos continuar a aumentar muito a nossa oferta de habitação, disso não tínhamos dúvidas. Vamos continuar a ser um município muito procurado para viver.

E estamos nesta lógica, a ajudar o mercado, a pressionar o mercado, a negociar mais operações de habitação a custos controlados. Temos uma empresa privada, a EncoBarra numa operação de construção a custos controlados, são 288. Temos 148 do IRHU a tal famosa dos terrenos da Luzostela, a tentar ir a tempo do PRR. Oxalá que sim, obviamente, mas eu tenho as maiores reservas que consigam.

Nós somos um município e, aliás, vamos fazer um exercício, nós somos um município com muita habitação social. Nós temos 80.000 habitantes, temos 1000 fogos de habitação social. Social à moda antiga com renda social. 1000 fogos! Vá lá ver os números de Setúbal.

Vá lá ver os números do Seixal. E de outros municípios de dimensão relevante. Coimbra, Matosinhos, etc. Vejam os números! Essa conversa é uma conversa que não presta, não é realista. As dinâmicas económicas, o que nós precisamos é ter rendimento. É que o trabalho dê mais dinheiro às pessoas e seja menos tributado. Isso é uma questão central do desenvolvimento social e económico deste país.

E também para sustermos a sangria de recursos humanos. Os nossos jovens saiem, porque obviamente gostam de experiências, de sair, etc, mas fundamentalmente porque ganham muito mais na França, na Espanha, na Alemanha, na Suécia.

E vão ao Lidl ou vão ao Mercadona ou ao Continente na Polónia, e os preços são iguais aos preços de Portugal!? Deixemo-nos dessa treta esquerdóide que o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, continua a alimentar. Não é por aí que Portugal lá vai.

E se pensam que é aqui uma Câmara municipal, com políticas de não sei o quê, que resolve os problemas, pois com certeza, estão completamente enganados, porque esses problemas são resolvidos pelo Governo do país. E os Governos do país, infelizmente, não tem tido competência, não tem tido capacidade, não tem tido coragem, para tomar as medidas que são necessárias. E depois lá está o fenómeno da transformação, da tentativa, da transformação dos presidentes de câmara em primeiros-ministros municipais. Nós não somos primeiro-ministro municipais. Nós somos presidentes de câmara com poderes muito pequenos.

Gabriel Bernardo quero-lhe agradecer, esqueci-me de fazer isto, os contributos que o Chega deu para este documento. Foi o único partido que o fez. Em relação à oposição, o único partido se deu ao trabalho de fazer um documento e do partilhar foi o Chega. Quero agradecer os contributos, tomámos boa nota deles, um ou outro está integrado, bem viu, outros são mais espirituais, mas quero agradecer.

Aliás, houve também um eleito do partido socialista, que saiu logo zangado com vocês, estava farto de vos aturar, também enviou uma carta que eu li com interesse, mas era só a dizer que não dava ideias. Escreveu uma página A4 em letra 8. Ainda está a destilar o facto de se ter zangado com o PS na primeira reunião do órgão autárquico de que ele pertence.

Gabriel quanto ao Plano de Emergência, ele já está aprovado. É um erro do nosso site, já lá devia estar o novo. Tomámos boa nota para substituir.

Quanto ao bullying e algumas matérias da escola. Nós não devemos metermo-nos nisso. A escola é gerida, tem gestão própria. Há matérias que são nossas, muito ligadas, enfim, aquilo que sabe, não é. Edifícios, refeições escolares, enfim, uma série de coisas. Há matérias que têm a ver com a vida letiva, ambiência, esse nível, relação entre seres

humanos, alunos, professores, e essa não respeita a nós. Respeita aos responsáveis do Agrupamento e de escola. Temos que saber estar no nosso tempo.

Quanto ao tal terreno em frente da antiga reitoria, vamos ter muito tempo para falar sobre essa matéria. Não tenho resposta para a maior parte das perguntas que fez. E não tenho mesmo. Estamos a fazer ainda trabalho de decalque, mas mesmo quando abrirmos o concurso, vão lá estar números referenciais, áreas, e depois é no desenvolvimento do projeto que vamos fechar pormenores. Ideia. Aumentar a oferta de estacionamento e aumentar a oferta de residências de estudantes.

A lógica de algum comércio tem a ver com a necessidade de ter ali algum comércio (como sabem, naquela zona da cidade não há comércio) para algum apoio, nomeadamente à vida do Hospital e à vida do campus da Universidade.

É evidente (alguém perguntou) quando se fizerem as obras os carros não podem lá estar. Pois não. É como no Rossio. Enquanto estivermos a fazer a obra não podem lá estar. Então e estão aonde? Algures! Não tenho notícia de os terem metido na Ria, afundado, ou posto em leilão. Quando há uma obra, as pessoas arranjam soluções alternativas em todo o lado. Na Avenida, no Rossio, na 25 de Abril. Em Verba não viram a obra fantástica que fizemos em Verba? Onde é que a malta estacionou? Arranjou soluções e, portanto, é da vida, temos que arranjar soluções quando há obras.

Fazer obras desta natureza com carros em cima, enfim, pode ser que algum partido de oposição apresente um projeto nessa matéria, mas não é fácil. Objetivamente não é não é fácil.

A qualificação viária que o Gabriel referenciou, tem a ver com o planeamento do investimento e uma luta que estamos a ter para fundos comunitários, no que respeita a infraestrutura de ampliação da ALE Norte – Zona industrial de Taboeira. É nessa operação, tem uma estimativa em projeto de 14 milhões de euros. Nós temos este planeamento, que tem de estar aqui. Eu já expliquei isso, hoje não vou explicar outra vez. Mas deixo esta nota. Este exercício de definido e não definido, de planeamento plurianual é obrigatório pela lei. Mas também é fundamental para a negociação e conquista de fundos comunitários. Se a gente for lá para conquistar 10 milhões de apoio para a ALE e olha para o Orçamento e não está lá nada. A candidatura nem entra nem é admitida. E, portanto, há aqui uma construção global que temos que cuidar como é evidente.

A eficiência energética estamos a investir muito. Na habitação social, o que está aí é a obra que vai acabar, ok. A obra que está a ser feita, o nosso empreiteiro é a SIMAVE. Houve uma primeira pela Ponto Urbano que já acabou e esta segunda. São 6 milhões de euros de investimento só em Santiago. E um dos objetivos fundamentais é aumentar o conforto das habitações, térmico e acústico e a sua eficiência energética.

Cá está a acontecer, outros andam a anunciar. Nós não podemos ir ao PRR, mas fomos a outras fontes, ao Programa Operacional Regional do Centro, buscar dinheiro para nos financiar estas obras, porque as 2duas têm financiamento comunitário.

A questão da opção da abstenção, obviamente, é absolutamente respeitável. Respeitamos qualquer voto que os senhores querem fazer.

Quanto aos Transportes. Nós já apresentámos o trabalho numa reunião privada de Câmara. Os Senhores vereadores do Partido Socialista têm o trabalho.

Falta-nos receber (ainda não recebemos) o trabalho do nosso concessionário, com o estudo de custos que é fundamental para tomarmos decisões. Vamos depois somar as 2 coisas, o trabalho que a SIS fez, obviamente com interação com a Câmara, o trabalho tem o nosso contributo, mal seria. E agora com a dimensão financeira, os custos. E depois é na discussão e na análise dos custos que nós tomaremos essa decisão. Objetivo é até ao final deste ano 22 essa discussão será tomada. E, obviamente, depois passarmos à fase das formalidades, adendas de contrato, etc, para seguirmos em frente.

Na autoridade regional de transportes, que é liderada pela CIRA, obviamente que aí estão as intermunicipais que eu disse há pouco e a relação com outros modos intermunicipais e nacionais, como o comboio. Esse trabalho feito aí. Embora nós pormos as nossas carreiras, a carreira estação/universidade, universidade/estação, é uma das questões que está a ser trabalhada, que são os horários da CP para haver ligação, especialmente nas horas de ponta do início da manhã e do final da tarde.

Nós temos um projeto que é o “Car For All” que desenvolveu e agora vamos ter um segundo projeto, para virmos a ter um cartão municipal, para as pessoas poderem usar em tudo aquilo que é municipal, incluindo os transportes. É um processo está em desenvolvimento, depois se quiserem mais pormenores podemos dar com todo o gosto.

Os Bio-resíduos está a andar. Só ainda não começou porque a entrega da viatura que vai ser fundamental para recolher os Bio-resíduos do Canal Horeca está atrasadíssima. Isto dos circuitos, continuam muitos estrambelhados e ainda não é possível dizer com solidez quando vamos passar à recolha universal domiciliária na data X. Não. Há muito para aprender sobre esta matéria. Essa experiência piloto vai ser muito importante para depois dizermos ok, estamos prontos. Já estudámos passar então para essa universalização da recolha de Bio-resíduos.

O Conselho Consultivo da Juventude ainda vai começar a trabalhar este ano.

A Marta, só uma nota. Eu já pedi o Relatório ao Bloco de Esquerda, agora peço ao PAN!

O vosso laboratório de análises físico-químicas, mandem-me lá o relatório do laboratório do PAN sobre o Glifosato, para nós também sabermos. O do Bloco de Esquerda ainda está em produção, pode ser que vocês possam ser um bocadinho mais rápidos no Glifosato, mandem lá o relatório porque nós só conhecemos os relatórios das autoridades nacionais e europeias e, portanto, mandem lá o vosso, porque é para a gente saber que problemas é que são esses.

Quanto ao nosso canil, está tudo a andar. Tivemos que mudar de localização. Porque tivemos um problema grave e muito caro, com o encontro da lixeira que estava onde construir o Ecocentro e a análise de solos deu que está uma lixeira igual no sítio onde queríamos construir o canil municipal. E, portanto, íamos gastar obviamente uma mega fortuna, porque o edifício do canil é muito maior que o edifício do Ecocentro. Já está escolhido o terreno. O projeto já está a ser feito para lá. Já temos a primeira versão. Já estamos a discutir e fica numa localização próxima, muito próxima daquele e num terreno que é da própria Câmara, portanto não temos custos com compra de terreno.

Os Bombeiros têm tido muito apoio e vão continuar a ter. E vamos continuar a trabalhar com o Governo para procurar arranjar soluções para os Bombeiros Novos. E continuamos a apostar nessa solução do antigo quartel da Guarda Fiscal, atual quartel da unidade de controlo costeiro da GNR, mas ainda não há desenvolvimentos sobre essa matéria.

João Moniz, pronto, é sempre muito difícil quando vocês vão para estas coisas. Mas duas ou três notas, além do que eu já disse sobre os transportes. A primeira é, em relação aos fundos comunitários, porque é que não os fomos buscar na altura quando ativámos esta operação! Primeiro porque não podíamos. Não tínhamos dinheiro. Para terem uma noção, desse investimento de 10 milhões só 4 milhões são do Fundo Comunitário. Os 6 milhões tem que ser empresa privada. E nós na altura não tínhamos 6 milhões, nem 3, nem 600 mil, nem 60 mil. A operação de financiamento destes autocarros elétricos tem uma participação em média de 40% e é preciso ter os outros 60%. Nós não tínhamos hipótese nenhuma de o fazer nessa altura.

Wayback de facto é a atitude do Bloco de esquerda! O Bloco de esquerda, fazendo a tradução libertina, é de facto o “caminho de andar para trás”. Vocês têm a marcha atrás metida, estão zangados com o mundo, nós andamos todos para a frente e vocês andam para trás como se viu. É a vida.

Eu acho que a nota do nosso presidente da assembleia não é relevante neste sentido. Mesmo quando o Bloco de Esquerda fala português, ninguém entende, ninguém entende. E, portanto, falar em inglês, português ou chinês é a mesma coisa, porque falam para um mundo que não existe e para seres humanos que não vivem nesse mundo, porque os nossos seres humanos vivem no mundo normal. E, portanto, o Wayback está mesmo bem apropriado. Julgo que João pode, de facto, investir muito nesse processo, para tentar dar algum encanto, pode dizê-lo em inglês, pode ser mais sex, mas fica de facto a coisa assim montada.

Quanto ao aumento brutal de impostos!? Olhem para onde é que foi o dinheiro dos cidadãos nestes 9 anos. Temos uma Câmara recuperada financeiramente; temos uma Câmara investidora, altamente investidora. Investidora de per si e indutora de investimento privado. Falem com os investidores. Porque é que há tanto investimento na Avenida Lourenço Peixinho nos últimos dois, três anos? Quando chegámos era nada. Era a miséria, era o deserto absoluto. Porque é que há tantas empresas a investir? Porque é que tínhamos 30 camas de alojamento local, e temos 3.000. Porque é que o turismo cresceu como cresceu e dá emprego e proveitos a tanta gente. Somos uma Câmara boa pagadora. Nós não somos o PS. Aqueles rapazes que fazem umas coisas, mas pagar é que não é com eles! Nós somos uma Câmara pagadora.

A Câmara tem as Contas em dia. Nós não somos o PS que estoirou a Câmara e depois tivemos nós que vir pôr a Câmara na ordem devidamente. E ainda não acabou. Porque ainda temos que continuar esse trabalho daquilo que chamamos consolidação.

E somos uma Câmara parceira, porque somos parceiros das Associações privados, das Juntas, das empresas privadas, que fazem coisas connosco, habitação a custos controlados, etc. É aqui que estão os impostos dos nossos cidadãos.

Jorge Greno muito obrigado por todas as notas. Nomeadamente esta nota da nova Câmara. A nova Câmara é a Câmara tem a sua dívida absolutamente controlada. Um serviço de dívida de 5 milhões de euros, um bocadinho menos, está aqui. 5 milhões de uma Câmara que tem 100 milhões de receita ou 147 milhões de receita. Estão a ver o que é que isto diz? Solidez absoluta. E não vale a pena começarem já a dizer mal do empréstimo. Um empréstimo ou financiamento bancário é uma fonte de receita boa. Como foi bom o FAM. Nós vamos contratar, fazemos um serviço da dívida, temos capacidade de pagar, usamos o dinheiro e siga.

O que é mau são os financiamentos à PS! Que é endividar-se com as empresas municipais, não ir ao banco, vai às empresas comprar e não paga. À PS é que isto é fatal. Dá cabo das empresas, deu cabo da Câmara, e isso é que não. À PS nem pensar! É à moda da Aliança com Aveiro. Fazer muito e pagar sempre a horas. O meu sucessor não vai viver aquilo que viveu o Presidente Élio Maia, não vai viver aquilo que eu vivi.

Vai receber uma Câmara devidamente gerida. E se recorrermos a financiamento bancário, recorreremos com todo o critério de grande qualidade de gestão, como qualquer boa empresa deste país faz, como é evidente. Numa situação controlada e devidamente enquadrada na lei e na capacidade financeira da Câmara.

Ana Seíça Neves está aqui com este problema que não sabe o que está aqui fazer. Olhe a Senhora resolva o problema sozinha. Eu não vou ajudar. A Catarina deu uma ajudinha, mas eu não vou ajudar. Resolva o problema sozinha.

Já falei da habitação. Pires da Rosa, só uma outra nota adicional. Não minta tanto! A vossa estratégia socialista de mentir e de baralhar as pessoas é feia. E estraga a vossa relação com os cidadãos. Está escrito no documento. Seja nas 53 ou 54 páginas da introdução, seja nas sei lá quantas dos mapas financeiros, está lá para onde vai cada um dos euros das verbas definidas e das não definidas. Está lá tudo. Você tem a lata de dizer que eu fiz a introdução e não apresentei os objetivos em concreto!? Mas vocês queriam que eu estivesse

a falar quantas horas? Oito! Para ler o documento todo, os mapas todos, teria que estar a discursar 8 horas, não conseguiria fazer por menos. Portanto, deixem lá essa maneira de fazer política e de se relacionarem com os cidadãos. É por isso, são cada vez mais pequenos, porque as pessoas não querem políticos que as baralhem. As pessoas querem gente que lhes fale claro e cristalino, que é aquilo que nós fazemos.

E, portanto, já expliquei a questão do IMI. O Senhor não percebeu ou não quer perceber. No nosso programa não está escrito que tem que ser no ano um, no dois, no três, ou ano quatro. Apenas entendemos que nunca poderia ser no último era o que mais faltava e entendemos que é muito equilibrado.

Tomáramos nós que todas os compromissos eleitorais tivessem cumpridos nos primeiros dois anos. Ao terceiro estivesse tudo cumprido. Não vai ser possível. Vai estar quase tudo cumprido seguramente. Não tenho a ilusão de que vai está a 100%, mas é no fim do mandato. Os Senhores inventaram que este objetivo que tinha que ser no ano passado ou este ano. É uma invenção vossa. Nós temos o compromisso e achamos muito equilibrado e muito sério com os motivos que temos apresentado de forma muito clara, que teremos uma primeira metade do mandato com 0.4%^o e uma segunda com 0.35%^o

É seguramente uma forma séria, equilibrada, de cumprir um compromisso num quadro de gestão financeira que estamos a olhar. E sobre o IMI com mais pormenor falaremos num outro momento.

Obviamente que o seu voto não é favor. Mas olhe, se o nosso município estivesse à sua espera para a frente, coitadinho dele. Estava como o Bloco de Esquerda em Wayback.

Portanto não vale a pena esperarmos por isso. Já sofremos demais pela governação desgovernada do Partido Socialista e só espero é que o Governo do país dê resposta na sua competência aos problemas graves estamos a viver. Mas todos nós temos que dar a nossa parte. Não é só apontar o dedo ao Primeiro-ministro e ao Governo. Todos nós temos uma parte para dar neste combate, como demos no combate à pandemia, como demos em todos os combates. Esta coisa de que, estamos na fartura e gastamos à fartazana. À PS estamos na miséria, estendemos a mão a pedir dinheiro ao Estado, isto na vida. É preciso saber gerir, poupar quando temos a mais, poupar, para podermos gastar quando temos a menos. A gestão da poupança é uma lógica, é uma nota de gestão, altamente relevante e altamente importante para a vida de toda a gente.

Quero agradecer as intervenções das Presidentes Catarina e Ângela. Da Teresa e do Bruno Costa, pela objetividade e pela verdade com que trataram esta proposta. Porque ela é, de facto, uma nota de continuidade do trabalho de 9 anos e um instrumento de cumprimento do compromisso eleitoral que temos com todos os cidadãos Aveirenses e também com aqueles que votaram na Aliança com Aveiro. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰³⁴

“Senhor Presidente este meu protesto tem a ver com o seguinte: O Senhor Presidente da Câmara tem todo o direito de fazer as respostas que entender, políticas, fazer a avaliação, fazer a sua resposta, fazer a defesa do trabalho que vem fazendo e exortar a Atividade Municipal.

Do meu ponto de vista a intervenção de resposta do Senhor Presidente da Câmara à minha pessoa (e não foi só à minha pessoa) os termos com que se dirige e nomeadamente desta vez dirigiu (e eu não sou propriamente uma pessoa extremamente sensível) e até tenho um grau de tolerância bastante lato, o Senhor Presidente utilizou, palhaçada, é uma mentira (mentira contei umas oito vezes) disse no final, não minta tanto, etc.

E o protesto vem neste sentido. Há duas formas de fazer isto. OU eu vou replicar na segunda ronda em relação às explicações que o Senhor Presidente me deu em relação às

duas questões que lhe coloquei e, enfim, ultrapassou o sentido político como eu lhe coloquei as questões como é evidente. E depois vou sujeitar-me a que o Senhor Presidente me responda nos mesmos termos ou o Senhor Presidente da Assembleia vai ter de fazer mais algum esforço para sensibilizar todos os participantes, incluindo eu, da forma correta como nós devemos fazer aqui a discussão.

Portanto eu estou um bocadinho nesta dúvida e apresento-lhe este protesto. Muito sinceramente não gostei da forma como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deixou que o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu a nós, que somos membros desta Assembleia.”

Presidente da Mesa⁰³⁶

“Só um momento. O protesto diz respeito a mim ou ao Senhor Presidente da Câmara?”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Este protesto é para si Presidente. Leia por favor o artigo 33.º O Senhor Presidente da Câmara nem sequer tem direito a resposta, não sei que figura regimental apresentará, mas não tem propriamente direito a ela.”

Presidente da Mesa⁰³⁶

“Senhor deputado eu entendo, como sabe e é jurista, cabe à Mesa fazer a interpretação sobre as dúvidas do Regimento. A interpretação que a Mesa faz é de que se o Senhor invoca um protesto por palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, é mais que elementar direito, esteja ou não esteja escrito, que o Presidente da Câmara tenha os mesmo dois minutos como qualquer deputado para responder.

Mas como também alargou o protesto a mim eu também lhe poderei dar resposta. Não queria ter muito que entrar em alterações como já tenho dito. Mas acho que é importante distinguirmos aqui dois aspetos (e já tivemos discussões até no outro mandato) quanto à terminologia. É bem-sabido que são pontos diferentes. Uma questão é usar certas expressões injuriosas do género, dizer o senhor é mentiroso – está em causa a personalidade da pessoa.

Ou dizer que, pela intervenção que fez essa intervenção constitui uma mentira. Se quiserem uma falta à verdade. Portanto aí (ouvem-se vozes) desculpem! Aí já é uma questão de estilo e terminologia sobre a qual a Mesa vai manter o mesmo critério. Portanto a liberdade de expressão sobrepõem-se sobre outras questões, salvo situações limite. Tem sido assim até aqui e assim vai continuar a ser.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Senhor Presidente, só para reiterar aquilo que disse das mentiras do Dr. Pires da Rosa. Nós não devemos ter medo das palavras. Para que é que temos medo das palavras? O Senhor mentiu e eu vou repetir os exemplos: “44 milhões do Orçamento que não se sabe para onde é que vai”. A frase é sua. Isto é mentira. Todos os 44 milhões no Orçamento, está escrito no Orçamento para onde vai cada euro. O Senhor mentiu.

Segunda. “não apresentou na sua introdução os objetivos concretos do Plano e Orçamento”. Mentira. A minha introdução, obviamente, somado ao documento, tem uma objetividade absoluta daquilo que a Câmara quer fazer. Mentiu.

Terceiro. “os valores da venda do património não estão no Plano”. Mentira. Os valores da venda de património estão no Plano, nos termos da lei. Mais. Referenciei que uma parte das verbas não definidas provirão de venda de património.

Quatro. “a única coisa que o Senhor vai deixar para encher o olho é a Avenida Lourenço Peixinho e o Rossio”. Mentira!

E aqui, fico-me por aqui. Porque é vexa a pôr a sua própria mão à frente dos seus olhos, você está a mentir a si próprio doutor.

Eu não vou ficar aqui a contar, mas vou pôr num envelope (ouvem-se vozes) eu vou pôr num envelope e vou-lhe entregar a casa com todo o gosto os boletins municipais onde estão as obras todas que a Câmara fez nestes nove anos.

Portanto o Senhor mentiu. Porque os cidadãos sabem das obras que temos feito por todo lado, em todo o município, em todos as áreas. Nas escolas, na Cultura, no Desporto, etc.

Esta é a verdade. É por isso que o senhor e pessoas como o senhor e partidos como o seu, vão continuar a definhar porque vocês apostam em mentir às pessoas e em baralhar as pessoas. É um problema vosso (ouvem-se vozes). Agora estou a falar eu. Além do mais é uma pessoa mal-educada porque ainda não se calou nos dois minutos que eu tive para falar. Eu ouvi-o calado vexa também é mal-educado porque não para de falar. As pessoas não estão a ouvir, mas aqui na sala o senhor não para de falar nos meus dois minutos. Isso quer dizer o quê? Má educação.”

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[039](#)

“Quería só dizer-lhe a si, Presidente da Assembleia, que me choca profundamente assistir ao que estamos a assistir hoje! Fez o reparo e já é a segunda vez que o ouço dizer, a chamar atenção, porque acha que os munícipes podem não entender determinado vocábulo. E choca-me ao mesmo tempo que uma pessoa que fez este reparo, não intervenha quando um elemento aqui da assembleia, seja ele quem for, falte ao respeito a outra pessoa que aqui se senta. Isso sim, deveria ser o exemplo a dar aos Aveirenses.”

Presidente da Mesa:[040](#)

“Querem que eu fale eu falo. Senhora deputada volto a dizer o que disse. Há uma fronteira que está estabelecida, até a nível internacional. Sim, sim. A Senhora deputada está a rir-se, mas é uma questão de ler textos sobre isto. E porque também já vou estando aqui há algum tempo e também já me vou preparando e antecipando certos incidentes. Portanto está configurado e até há digamos jurisprudência e decisões de tribunal a nível europeu sobre certas declarações.

Portanto volto a dizer. Uma coisa é atacar pessoalmente a vida pessoal de cada um. E esses limites do meu conhecimento e até hoje nestes dois mandatos ainda não foram ultrapassados por ninguém.

Outra coisa é o calor das intervenções políticas. O estilo de cada um que não é igual entre todos. E, portanto, eu considero que esses limites não foram ultrapassados.”

Vogal Marta Dutra (PAN):[041](#)

“Senhor Presidente, muito gostaria que me enviasse esses estudos, dessa jurisprudência! E fique a saber que na minha educação nunca lhe chamarei ‘mentiroso’ porque a minha educação não mo permite.”

Presidente da Mesa:[042](#)

“Tem que ver de facto depois a gravação, porque ninguém chamou mentiroso a outro. Disse que era mentira. O que consubstancia uma diferença que está bem explicada. Vamos avançar.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴³

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁴⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰⁴⁵

“É para dizer o seguinte: é difícil fazer a réplica ao que o Senhor Presidente diz, porque eu só tenho duas soluções. Ou embarco no mesmo tipo de discurso da “discurseta”, que sinceramente eu não quero, e vou fazer esse esforço, para que o Senhor Presidente não nos arraste para o seu tipo de discurso. Mas é a vontade que dá. Às vezes é difícil, às vezes é difícil. Mas para já não é essa a prática. Nunca foi a prática aqui nesta casa.

O Senhor Presidente, aliás, já lhe disse isso mais que uma vez, só perde com isso. É o seu estilo, mas só perde com isso.

A intervenção que eu lhe fiz, que o Senhor Presidente teve (e eu acho que tem todo o direito de fazer) de fazer um número político que quiser (ouvem-se vozes).

Ouçá lá, eu fiz uma intervenção em que o que disse, face ao que ouvi do Senhor Presidente da Câmara, que o Senhor Presidente da Câmara devia ter e não tinha sinalizado ao que vem e qual é o plano que tem para a cidade e para o município. Porque não fez isso. Fez uma descrição genérica.

O Senhor Presidente disse que é mentira porque está tudo no documento, etc. Mas isso não é a forma como o fez a dizer, não minta tanto, etc. Pode ser considerado altamente ofensivo e era absolutamente desnecessário.

E depois eu chamei a atenção e eu acho que é absolutamente legítimo, qualquer membro de qualquer assembleia, seja de que Partido for olhar para o Plano e perceber que há uma notícia com 15 dias (isto cabe na cabeça penso de qualquer cidadão) que houve um anúncio de uma alienação que apareceu nos jornais por 20 milhões e aparece-nos no Plano com valor diferente!? Nem toda a gente tem as regras orçamentais senhor presidente, nem toda a gente faz orçamentos. Eu até sou da área do Direito, mas não conheço as leis todas. Com a produção legislativa que se faz neste país, mal estava eu. E nem é propriamente a minha especialidade.

Agora a questão das regras orçamentais desta autarquia em concreto, de vez em quando vou lá atrás delas para ver, evidentemente, quando tenho que fazer esse número. Aqui não. Fiz-lhe uma pergunta. E o Senhor Presidente disse que estive a mentir e não sei quê. Fica-lhe mal. Senhor Presidente fica-lhe mal e é desnecessário. Tinha feito a resposta política na mesma, com a oratória que tem, que é boa, vá. Não gosto do estilo, mas é boa. E teria feito a sua resposta, provavelmente até o brilharrete, dizendo, você tinha obrigação de saber isso. E nós, de facto, não pusemos isso. Mas não. Teve aquele condão de querer espetar o ferro. E isso fica-lhe mal, porque é absolutamente desnecessário. É desnecessário. É um número que gosta de fazer para se ouvir e é absolutamente desnecessário.

E depois fiz uma terceira pergunta, da interpretação que eu faço da apresentação dos documentos, não é da promessa que fez ou deixou de fazer. O Senhor Presidente fará e este executivo fará o cumprimento ou não da promessa eleitoral. Depois será sufragado por isso, etc. Mas resulta do documento ter duas justificações ao IMI de não baixar o IMI diferentes. E foi só isso que eu assinaiei.

E o Senhor Presidente tem todo o direito, como é evidente, fazer a resposta mais veemente, pode até falar mais alto, mas não precisa de o fazer nesse termo. Porque esse termo faz com que perca a razão, embora não perceba.

E o Senhor Presidente da Assembleia, que permite sistematicamente, desde sempre (e eu reconheço que seja difícil) do meu ponto de vista hoje não fez um bom trabalho para dignificar este órgão.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Muito boa noite Senhor Presidente. Vou tentar ser sucinto porque o tempo já é pouco. Isto no fundo para dizer o quê? Nesta discussão parte-se e acho que aí muitas vezes a oposição não percebe, parte-se de um princípio que é sagrado da Aliança com Aveiro. É que há um compromisso, um pacto eleitoral com os eleitores, com obras e investimentos, que se comprometeram fazer e que vão cumprir até ao último dia de mandato.

E este é um princípio basilar da apresentação deste documento que aqui encontramos hoje. E tal como quando o Governo faz o Orçamento de Estado vê o contexto que pode impactar sobre o Orçamento. A Câmara faz o mesmo exercício, quando considera uma pandemia, uma guerra na Ucrânia, o aumento dos custos, o clima inflacionista, e depois esta transição dos quadros comunitários. Eu relembro que, em novelas muito recentes que aparecem na televisão o Portugal 20/20 ainda tem 6,2 mil milhões de euros para se ir buscar. E, portanto, vai rapar o tacho aqueles que tiverem as obras feitas, todas prontinhas, para ir buscar os restos deste quadro comunitário.

O 20/30 está atrasadíssimo, com uma taxa de execução perto dos 5% ao dia de hoje. Quem é que vai conseguir estar bem qualificado para captação destes valores? Aqueles que já tiverem obras a acontecer ou finalizadas. E que como Presidente diz, desde 2021 são consideráveis. E, portanto, Aveiro e o município está a fazer muito bem esse trabalho e, portanto, todas estas variáveis é que podem tornar necessário e é uma lógica positiva do ponto de vista de uma operação de financiamento, para alavancar ainda mais investimento para o município. E isso é o bom empréstimo é a boa dívida, como eu lhe chamo e não aquela dívida para tapar buracos.

Portanto, para ser rápido, o Plano das GOPs está repleta de investimento. É uma característica marcante. Só para que tenham uma ideia ao nível de pequenas obras que já estão execução, isto é um comboio em alta velocidade, cheio de investimentos no seu interior e ainda vai captar mais. Não vamos mandar investimentos para fora do comboio. Só, por exemplo, do Rossio, da Avenida Lourenço Peixinho, o pavilhão do IPDJ (quer o pavilhão quer a piscina) só aqui estamos a falar de 20% das GOP.

Se juntarmos a isto a Educação na requalificação das escolas, estamos a juntar mais 20 e tal por cento das GOP.

Portanto onde o dinheiro vai parar neste Orçamento é claríssimo como água. Só não vê quem não quer.

E para finalizar, só dizer o seguinte: aquilo que é, que são os atos de gestão desta Câmara, que são um exemplo e que deviam servir de inspiração para o Governo nacional, podem ser transpostos, embora sejam numa lógica da autarquia, os atos de gestão são transversais e poderiam ser usados, quer numa região autónoma quer no Governo da nação. E aquilo que o Governo socialista tem feito desde então, desde que tomou posse, nos 20 anos que está a governar é rigorosamente o oposto. Não se preparou. Está numa situação de enorme fragilidade que até gera novelas muito interessante, como esta dialética entre o Fernando Medida e o António Costa, com o beneplácito do Presidente da República, a mandarem recados para a Presidente do BCE, a dizer que não é por via do aumento das taxas de juro que se controla a inflação!? E depois temos o anterior ministro das finanças, o Mário Centeno, hoje governador do Banco de Portugal, a dizer rigorosamente o oposto. Não, não, a Christine é que está certa.

E as consequências de não aumentar a taxa de juro seriam muito piores, para a economia, para as famílias, para as pessoas. Tudo isto é caricato quer dizer, é o PS na sua pior gestão.

E o que é que acontece, porque é que o PS está aflitíssimo? Porque desde 31 de Dezembro do ano passado até hoje, até 30 de Setembro para ser rigoroso, a dívida pública que foi

anunciada há pouco tempo como tendo descido para 110% do PIB, na realidade aumentou 10,6 mil milhões de euros!

E, portanto, já vamos nos 270 milhões. Como já foi aumentada a taxa de juro de referência do BCE em 2%, só este ano, isto representa (se fosse uma regra simples que não é, um bocadinho mais complexo) mas isto representava 5,6 mil milhões de euros adicionais de juros no Orçamento de Estado.

E eu concluí só dizendo isto. Isto seria o acumular para o Orçamento de Estado de 2023, do Ministério da Cultura, da Justiça, Ciência e Tecnologia, e Ensino Superior. Ou se quiserem de outra forma mais fácil é quase todo o Orçamento do Ministério da Educação. Isto só em juros adicionais. E isto aqui é um receio que o PS tem de trazer mais uma vez para cima da mesa, mais uma assistência financeira, a juntar isto ao seu palmarés de assistências financeiras que têm. E fico-me por aqui.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente da Mesa, na bancada do PSD não queríamos entrar por este caminho. Mas parece temos que lá ir. A nossa função aqui e que pedimos também ao executivo que a siga, é poder executar bons projetos para Aveiro e para os aveirenses. Esse é o nosso objetivo, essa é a nossa finalidade. Outros aqui, noutros fóruns autárquicos, baralham, tentam baralhar e no fim votam sempre contra.

Nós não queremos que o executivo execute os seus projetos e deixe as Contas à beira da bancarrota.

Nós não queremos o modo da prática que leve as Contas da Câmara a cerca de 250 milhões de euros de dívida.

Senhor Presidente, nós, ao contrário de outros, não queremos uma gestão de uma Junta de Freguesia, as Contas de uma pequena Junta de freguesia, que tenha as Contas com cerca de 300 mil euros de dívida ficar penhorada! Dívida conhecida.

Esta não é boa gestão. Esta foi a gestão da marca socialista na câmara municipal de Aveiro e ultimamente na Freguesia de São Jacinto (ouvem-se vozes).

A nossa qualidade de gestão felizmente é diferente, é responsável e tem por finalidade pagar os vossos desvaneios financeiros. Pagar a vossa má gestão da coisa pública, organizar os serviços, manter a zero as contas correntes, cumprir os compromissos assumidos e investir. Investir muito e bem. Para bem dos Aveirenses. E para quem nos suceder encontre uma Câmara e um concelho bem desenvolvido e bem estruturado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Bem, eu queria só, enfim, agradecer. Agradecer à Assembleia o debate, o apoio ao documento claramente maioritário. E esta é a prática. Eu sei que o Pires da Rosa também é fraco em Contas. Eu já sou o segundo Presidente de Câmara com mais tempo de exercício. Portanto essa coisa que não é prática já, em termos matemáticos, é um absurdo.

Fica o Dr. Girão Pereira, que ficará sempre como nosso cidadão que mais vezes e mais tempo exerceu esta função. E fico eu.

Os meus três antecessores perderam as eleições. Um à primeira que foi o Professor Celso (que Deus o tenha). O outro à terceira que foi o Dr. Alberto Souto. E outro a terceira também, o Dr. Élio Maia.

E, portanto, eu já sou o segundo mais antigo Presidente. E assim vou ficar e muito bem. Gosto sempre de ficar em segundo lugar no que respeita ao Presidente Girão Pereira.

E, portanto, a prática já tem 9 anos. Apenas vocês, como só governaram (e mal) 8 anos dos 46 da vida democrática autárquica, acham que foram 80. Olhem, pois enganam-se nas contas.

Portanto quero agradecer o apoio e quero dar garantia do nosso empenhamento em executar este Plano. Em trabalhar arduamente, empenhadamente, forma muito atenta às dinâmicas da vida. Àquelas que já perspetivamos e muito especialmente aquelas que não conseguimos perspetivar e que venham aparecer de surpresa, sabendo que este é um documento de elevada qualidade, é um documento realista, é um documento que honra a nossa relação com os cidadãos e que não está preocupado com a próxima eleição.

Nós governamos em função da anterior eleição e não em função da próxima. Foi assim no primeiro mandato, no segundo, e é assim no terceiro. Obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁸ Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2023, sendo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5), uma abstenção (CHEGA1), onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).

Seguiu-se a seguinte declaração de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁴⁹

“O PCP vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara para 2023, porque dadas as prioridades definidas, subestimam a habitação com apenas 2.2% no Orçamento sem qualquer verdadeira aposta municipal, que devia existir.

Porque tem associado um pacote fiscal herdado do Plano de Ajustamento Municipal, pacote fiscal que devia ser aliviado.

Porque o financiamento assegurado pelo Plano corresponde apenas, neste momento, a 52% dos 95 milhões de euros necessários.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário⁰⁵⁰ à discussão dos Pontos, 4, 5, 6, e 7 em conjunto, fazendo as votações de seguida em separado.

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023;

Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023.

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁵¹

“Senhor Presidente, é claro que não vamos ter tempo para discutir tudo. Está prevista na convocatória a continuação da Assembleia na próxima segunda-feira, portanto cá estarei então.”

Presidente da Mesa:⁰⁵¹

“Senhor deputado o prolongamento dos trabalhos é uma situação que está prevista se houver aprovação. Portanto calma (ouvem-se vozes). Temos aqui uma questão que é – faltam 15 minutos para a meia-noite, portanto está previsto no Regimento a possibilidade de prosseguir os trabalhos ou não. Essa possibilidade segundo o Regimento tem de ter uma maioria de dois terços. Vamos ver se há ou não há consenso à continuação dos trabalhos hoje ou não. Da parte do PS qual é a posição?”

Vogal Ana Seiça Neves (PS):⁰⁵²

“Senhor Presidente, dado a hora a que estamos, dar 10 minutos ao Bloco para apresentar a proposta que faz e fazer a discussão de tudo creio que será pouco tempo e, portanto, não seríamos de acordo a que isto continuasse.”

Presidente da Mesa:

“Vamos proceder à votação da ata em minuta e continuaremos os trabalhos conforme estavam previstos os trabalhos para a próxima data.”

Vogal António Salavessa(PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁵³

“Senhor Presidente, só queria clarificar aqui uma coisa. Cara Mesa da Assembleia Municipal, se não entende esta decisão de ficar para a próxima segunda-feira, quando tem 5 pontos na ordem de trabalhos e que vão ser por proposta da Mesa aglomerados num só? Mas sendo aglomerados não pode diminuir o direito aos tempos de intervenção serem ampliados. Portanto o tempo de cada intervenção é o tempo que é atribuído aos 5 pontos. Portanto, tecnicamente, seria minorizar esta discussão fazendo-a de modo apressado. E tendo em conta que com o sistema atual de pagamentos de senhas, nenhum membro vai receber mais por isso (ouvem-se vozes). É importante que diga isto porque às vezes atira-se que se prolongam as sessões porque os membros da assembleia municipal recebem! Não. A senha é dividida pelo número de reuniões em cada sessão. Em cada reunião recebe-se o equivalente a essa divisão. Portanto isto não significa querer mais uma senha. Significa querer melhor discussão.”

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁵⁴ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da segunda reunião da sessão, informando que a sessão continua no próximo dia 14 de novembro (segunda-feira).

Eram 23:45 horas do dia 10 de novembro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)